

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

ALEXANDRA SANTANA PORTO

**ÉTICA DA INFORMAÇÃO: Características a partir da Biblioteconomia e Ciência
da Informação**

Porto Alegre

2016

ALEXANDRA SANTANA PORTO

ÉTICA DA INFORMAÇÃO: Características a partir da Biblioteconomia e Ciência da Informação

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia pelo Departamento de Ciências da Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Jackson da Silva Medeiros

Porto Alegre

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Dr. Carlos Alexandre Netto
Vice-Reitor: Prof. Dr. Rui Vicente Oppermann

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretor: Profa. Dra. Ana Maria Mielniczuk de Moura
Vice-Diretor: Prof. Dr. André Iribure Rodrigues

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Chefe: Prof. Dr. Moisés Rockembach
Chefe Substituto: Prof. Dr. Valdir José Morigi

COMISSÃO DE GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA

Coordenador: Prof. Dr. Rodrigo Silva Caxias de Sousa
Coordenador Substituto: Prof. Dr. Jackson da Silva Medeiros

CIP - Catalogação na Publicação

Porto, Alexandra Santana

ÉTICA DA INFORMAÇÃO: Características a partir da
Biblioteconomia e Ciência da Informação / Alexandra
Santana Porto. -- 2016.

74 f.

Orientador: Jackson da Silva Medeiros.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de
Biblioteconomia, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Ética da Informação. 2. Informação. 3. Ética. 4.
Ética na Biblioteconomia e Ciência da Informação. I.
Medeiros, Jackson da Silva, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação
Rua Ramiro Barcelos, nº 2705 – Bairro Santana
CEP 90035-007 – Porto Alegre – RS
Telefone: (51) 3308-5067 Fax: (51) 33085435
E-mail: fabico@ufrgs.br

ALEXANDRA SANTANA PORTO

ÉTICA DA INFORMAÇÃO: Características a partir da Biblioteconomia e Ciência da Informação

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia pelo Departamento de Ciência da Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovado em: ____ de _____ de ____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Moisés Rockembach
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Examinador

Prof. Dr. Rodrigo Silva Caxias de Sousa
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Examinador

Prof. Dr. Jackson da Silva Medeiros
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Orientador

**ESTE TRABALHO DEDICO
ESPECIALMENTE
A TI MÃE,
QUE ME DEU À LUZ
DUAS VEZES.**

AGRADECIMENTOS

O caminho que percorremos para chegar a este ponto é grande. São infinitas forças que se cruzam e intercalam que alguns chamam de Deus, outras destino, e eu chamo de energia. Para mim o destino não tem predileção, apenas reciprocidade. A todos aqueles que de alguma maneira contribuíram nesta minha caminhada emanando um pouco de suas boas energias, meu muito obrigada.

Inicialmente gostaria de agradecer aos meus pais, Nairo e Rosana, não existem palavras que expressem a satisfação que estou sentindo agora. Lembro de muitas conversas que tivemos (não foram em vão), algumas mais dolorosas, outras esclarecedoras, em que questionava os métodos de ensino e a forma com que nos eram impostos. Lembro que em todas as ocasiões SEMPRE via em vocês uma confiança sobrenatural na minha capacidade e um respeito imenso pela minha opinião e individualidade, algo que, talvez, só um pai e uma mãe consiga ter. Por todo o esforço que sei que vocês dois e a Graça (não menos importante) tiveram dedicados a mim e a mana amparando todas as ações de vocês sempre pensando na nossa felicidade, meu muito obrigada, amo muito vocês.

Ao meu amor Cássio, que nos últimos 4 anos foi a força que eu precisava para seguir em frente, por todas as conversas maravilhosas, as quais senti muito orgulho da minha escolha. Muito obrigada por esta família linda que criamos. E ao meu filho Dylan, obrigada pela paciência que tens comigo e a todos os ensinamentos que só alguém especial como um filho pode dar. Amo muito vocês!

A toda minha família pelo apoio, especialmente às minhas avós, que não estarão de corpo presente neste momento, mas sei que estarão em forma de energia. A minha amada tia Ju que desde pequena me ensinou o valor do estudo e do trabalho, quero que saibas que sempre foste (e é) um exemplo de garra, de persistência e de mulher para mim. Por tudo, te amo!

À minha maninha que felizmente sobreviveu à infortuna história do morangão, todos os coquinhos e X-brés e pôde pôr em prática todo o amor, preocupação e dedicação a mim e a minha família (mesmo não estando tão perto), a ti, aos meus sobrinhos maravilhosos e meu cunhadão, muito obrigada, amo vocês!

À família que ganhei de presente, Sônia, Marco e Carol, por todo o carinho e por todo apoio que me deram com o nosso pequeno, sem vocês não teria sido possível!

À minha amora Lindiara, que é muito mais que uma amiga, minha irmã, meu pedacinho malvado (hahaha), meu exemplo de que TUDO NA VIDA É POSSÍVEL, por todos os conselhos e apoio real que me deste nesses anos que convivemos te amo muito, ainda temos muitas conquistas pela frente!

À Ana Valkirie por todo a amor e dedicação, ao Léo, Celvio, Gian, à minha chefe Zulmira e a todos os colegas que sempre me deram apoio, sobretudo à Rose que chora e ri ao meu lado com as minhas conquistas, estarei sempre contigo!

À minha (não chefe) Cris, que viu em mim um potencial que até eu desconhecia, que me incentivou a estudar e sempre me assegurou da minha capacidade, às oportunidades e a todos os ensinamentos, te amo!

À minha querida Bruxa Ana e a Bell que me acolheram com todo carinho do mundo no estágio (que de obrigatório não teve nada) que me forneceram bagagem para toda a vida, vocês são demais!

Ao meu eterno Prof. de inglês e amigo, Trevuxo, por todas as aulas e por estar sempre disponível em todos esses anos.

Aos colegas de Faculdade que por todos esses anos aturaram minhas brincadeiras e o gostar de me manifestar em sala de aula, especialmente: Cainã, Sérgio (pelas cervejas e risadas), Maiara Bettio (que foi mais professora do que colega), Tuany, Jordana, Nora e Amanda (que foi a melhor surpresa que tive na faculdade) e Uiliam, por toda a força que me deu em todos os semestres e principalmente nas últimas e decisivas semanas!

A todos os professores que ajudaram na construção do meu conhecimento e da minha personalidade, por toda a dedicação e todo o amor que dedicam a essa profissão tão linda, sobretudo os da UFRGS: Rodrigo Caxias, Marlise Giovanaz, Naira Lapiz, Samile Vanz, Maria do Rocio, Eliane Moro, Rita Laipert, Martha Bonotto, Sônia Caregnato, Maria Lucia e Jackson Medeiros meu querido orientador, vocês são uma inspiração!

ONDE ESTÁ A VIDA QUE PERDEMOS VIVENDO?
ONDE ESTÁ A SABEDORIA QUE PERDEMOS
COM O CONHECIMENTO? ONDE ESTÁ O
CONHECIMENTO QUE PERDEMOS COM A
INFORMAÇÃO?

P. S. Enot

RESUMO

Este trabalho objetiva caracterizar a Ética da Informação a partir da literatura do campo e estabelecer sua relação com a Biblioteconomia e a Ciência da Informação (BCI). Para isso utiliza o método de pesquisa bibliográfica. Compreende a relação existente entre um olhar no campo da Ética e Informação e sua relação com a BCI. Através de seu referencial teórico precisa a importância da informação no processo de comunicação. Busca elementos de ligação da “informação como coisa” e a BCI. Elenca os principais filósofos sob uma perspectiva Ética e suas influências básicas assim como os dilemas contemporâneos trazidos pela tecnologia. Apresenta subsídios na literatura para caracterizar a Ética da Informação como campo disciplinar e sistematiza elementos que possibilita compreendê-la com temas como: Direito à informação - público e privado, Direito de ser esquecido, Marco Civil da Internet, Lei dos Crimes Cibernéticos, Direito autoral e Acesso aberto. Também sistematiza os aspectos Éticos profissionais da BCI como: Gestão da Informação, Controle e censura e Código de Ética Profissional.

Palavras-chave: Ética da Informação; Ética; Informação; Ética na Biblioteconomia e Ciência da Informação.

ABSTRACT

This work aims to characterize the Information Ethics from the field literature and establish its relationship with Librarianship and Information Science (LIS). To that it uses the method of bibliographic research. It comprehends the relationship between the field of Ethics and Information and its relationship with LIS. Through its theoretical framework, it specifies the importance of information in the communication process. Searching for elements of linking "information as a thing" and LIS. In the Ethics lists the main philosophers and their basic influences as well as the contemporary dilemmas brought by technology. It seeks subsidies to characterize Information Ethics as a disciplinary field and systematizes elements that make it possible to understand it with themes such as: Right to information - public and private, Right to be forgotten, Internet Civil Law, Cyber Crimes Law, Copyright and Access Open. It also systematizes the professional ethical aspects of LIS as: Information Management, Control and Censorship and Professional Code of Ethics.

Key words: Ethics of Information; Ethic; Information; Ethics in Librarianship and Information Science.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BCI	BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CI	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CEP	CONSELHO DE ÉTICA PROFISSIONAL
CFB	CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA
CRB	CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA
EI	ÉTICA DA INFORMAÇÃO
ES	EPISTEMOLOGIA SOCIAL
ICIE	INTERNATIONAL CENTER OF INFORMATION ETHICS
IRIE	INTERNATIONAL REVIEW OF INFORMATION ETHICS
IES	INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIORES
LAI	LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO
ONU	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
PDF	PORTABLE DOCUMENT FORMAT
XLS	ARQUIVO DE EXCEL
TIC	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 OBJETIVOS	16
2.1 OBJETIVO GERAL	16
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	16
3 METODOLOGIA	17
3.1 TIPO DE PESQUISA.....	17
3.2 ETAPAS METODOLÓGICAS.....	18
4 UM OLHAR SOBRE A INFORMAÇÃO COMO ELEMENTO DA BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	21
5 UMA PERSPECTIVA SOBRE A ÉTICA COMO ELEMENTO DA BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	33
6 ELEMENTOS PARA ÉTICA DA INFORMAÇÃO	44
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS	63
ANEXO A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	68
ANEXO B- TABELA DE SELEÇÃO DE LEITURA EXPLORATÓRIA	69

1 INTRODUÇÃO

A informação é tida como essencial no processo de comunicação. Além disso, é com seu auxílio que se modificam as relações, tanto com o outro, quanto com o mundo. Com isso, é necessário que se tenha amparo diante dos dilemas sociais, e a ética, através da reflexão, é um modo de se alcançar algumas respostas. O surgimento da internet e sua evolução, aliada à globalização, trouxe novos modelos para a sociedade, inclusive de cunho informacional. Esses modelos transformaram a maneira com que as pessoas se socializam e se relacionam, dentre muitos outros elementos que compunham, até então, o sistema social vigente de comunicação, propagação e tratamento da informação.

Estabelecida uma nova dimensão sócio-espacial que fora chamado por Gibson (1989) de Ciberespaço, acabou resultando em uma revolução que trouxe, além de inovações tecnológicas, a popularização de formas de acesso remotas. Através desse acesso remoto e da disponibilização de informações, utilizando-se de dados dentro de sistemas integrados e interligados, se tem o ambiente digital. Este ambiente lida com esses dados como informação - interpretando-os e reproduzindo ações - para diversas finalidades, necessidades e públicos. A partir desse novo viés informacional surgiram problemas relativos às novas práticas e suportes, trazendo dilemas éticos até então desconhecidos.

Acompanhando essa evolução e a conseqüente problemática, diversas áreas tornaram-se aliadas motivadas pela necessidade do entendimento deste fenômeno Ético-informacional que, de modo especial, tem sido objeto de intenso debate dentro das áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI). Desta forma, dois elementos que eram tratados de formas independentes, a Ética e a informação, acabaram por fundir-se em um recente campo de estudo: a Ética da Informação. A Ética da Informação pode ser considerada um campo pela consagração do movimento intelectual que gera em torno do assunto, seus agentes e o impacto da matéria nas demais esferas sociais. Dentro deste contexto o trabalho tem como tema a Ética da Informação e a forma com que se relaciona com a BCI.

A informação é elemento básico dentro da comunicação, além disso, é o principal objeto de estudo da BCI, com isso, é necessário para que a informação

cumpra seu papel social, que exista um norteador na relação entre a informação e o usuário, para isso, o estudo da Ética da Informação e seus objetos se tornam elementares na formação de um profissional que lida com a informação. Este fato aliado ao interesse pessoal ao campo foi decisivo na escolha do tema proposto.

Diante dos problemas que despontam dos dilemas éticos-informacionais, e os elementos baseados na filosofia, gerados pela produção intelectual que fundamentam o campo, buscou-se reunir dados a fim de conhecer e entender: de que forma é caracterizada, com base na literatura, a Ética da Informação e sua relação com a BCI?

Para a composição do trabalho foi realizado um estudo de natureza básica, bibliográfica e de cunho exploratório. Nele foram dispostos os principais pontos que circundam a matéria que estão ao mesmo tempo descritos individualmente e interligados, possibilitando a caracterização dos elementos que a compõem. Para isso, o referencial dividiu-se em Um olhar sobre a Informação como elemento da BCI e Uma perspectiva sobre a Ética como elemento da BCI.

O desenvolvimento do tema principal se deu através dos Elementos para uma Ética da Informação trazendo elementos básicos e seus objetos assim como sua relação com a BCI, contextualizando assim a Ética da Informação de acordo com a literatura.

2 OBJETIVOS

Este trabalho foi dividido entre Objetivo Geral e Objetivos Específicos conforme consta abaixo.

2.1 OBJETIVO GERAL

Caracterizar a Ética da Informação a partir da literatura que fundamenta o campo na Biblioteconomia e Ciência da Informação.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) compreender a relação existente entre o campo da ética e da informação;
- b) identificar a relação dos componentes da Ética da Informação com a BCI;
- c) sistematizar elementos que possibilitem compreender a Ética da Informação;

3 METODOLOGIA

Neste tópico estão dispostos o tipo de pesquisa, assim como as etapas metodológicas que fizeram parte deste trabalho.

3.1 TIPO DE PESQUISA

Esse estudo se caracteriza como uma pesquisa natureza básica e abordagem qualitativa. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos. Desta maneira, o estudo pretende trazer através a compreensão sobre o tema proposto, e não como algo mensurável ou quantificado em dados estatísticos.

Em relação ao seu objetivo, a pesquisa é classificada como exploratória. Cervo e Bervian (1983, p. 56) afirmam que a pesquisa exploratória é “[...] recomendável [...] quando há poucos conhecimentos sobre o problema a ser estudado”, tendo como objetivo principal:

[...] o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Na maioria dos casos, a pesquisas envolvem: a) levantamento bibliográfico; [...] c) análise de exemplos que ‘estimulem a compreensão’. (SELLTIZ et al apud GIL, 1991, p. 45).

O procedimento técnico condutor da pesquisa é bibliográfico, pois é através da literatura que são levantados os elementos de composição do trabalho. Fonseca (2002, p. 32) explica que a pesquisa bibliográfica é:

[...] feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta. (FONSECA, 2002, p. 32)

A pesquisa procura, através da bibliografia da área, encontrar uma maneira com que seja priorizada a perspectiva dos autores das áreas da ética, da informação e da Ética da Informação, destacando seus elementos, conceitos e termos.

3.2 ETAPAS METODOLÓGICAS

A primeira etapa consistiu na coleta e levantamento do material bibliográfico. Para a coleta de dados foram selecionadas Bases de dados que abrangem a BCI: DOAJ, Web of Science; Scopus; Anais Enancib; SNBU/CBBD; BDTD/IBICT; LISA; LISTA; BRAPCI, Banco de Teses e Dissertações da Capes, Google Acadêmico e Sabi UFRGS. Com a finalidade da maior abrangência em busca do referencial foram eleitos os seguintes termos de pesquisa: *Ética da Informação; Ética na Informação; Ética em Informação; Ética Informacional; Filosofia da Informação; Filosofia de Informação; Filosofia em Informação; e Ética E Informação* - sendo o E, neste caso um operador lógico booleano. Também foram utilizados os seguintes termos em inglês: *InformationEthics; Ethics of information; Information Philosophy; Philosophy of Information, Cyberethics, Computer Ethics e Ethics AND Information* - funcionando o AND também como um operador booleano.

Os idiomas utilizados para seleção dos termos e do material bibliográfico foram o português e inglês, sendo considerados válidos os textos em língua Espanhola que atenderam a busca. O levantamento do material bibliográfico e a busca foram realizados nos dias **27/08/2016 e 28/08/2016**. Desta busca foram recuperados, Anais, Artigos, CD-ROM, Dissertações, Livros e Teses. Devido à grande quantidade de material encontrado, foi elaborada uma primeira lista levando em consideração para esta seleção o título e palavras-chave que foram preparados para a etapa de leitura exploratória cuja listagem discriminada de itens pode ser encontrada no ANEXO B deste trabalho.

Quadro 1 – Tipos de materiais para leitura exploratória

TIPO DE MATERIAL	LEITURA EXPLORATÓRIA
ANAIS	01
ARTIGOS	46
CD-ROM	01
DISSERTAÇÕES	04
LIVROS	04
TESES	01
TOTAL	57

Fonte: dados de pesquisa

A leitura exploratória é uma leitura rápida e pontual na qual se entra em contato pela primeira vez com um documento. Levando em conta as especificidades de cada um deles, foram estabelecidos os critérios de avaliação de pertinência para que os documentos recuperados nas buscas fossem incorporados à pesquisa. Foram considerados alguns tópicos sugeridos por Gil (1991) são eles: leitura do Título; autor; palavras-chave; instituição de publicação; data de publicação; resumo; sumário; folha de rosto; introdução; prefácio; conclusões. Com isso foram salvos para a realização da etapa de Leitura Interpretativa:

Quadro 2 – Tipos de materiais para leitura interpretativa

TIPO DE MATERIAL	ETAPA DE LEITURA INTERPRETATIVA
ANAIS	01
ARTIGOS	15
CD-ROM	0
DISSERTAÇÕES	0
LIVROS	03
TESES	0

TOTAL	19
--------------	----

Fonte: dados de pesquisa

A etapa de leitura interpretativa¹ tem por finalidade definir os termos, conceitos operacionais e indicadores qualitativos que foram utilizados no trabalho. Segundo Gil, “constitui a última etapa de leitura das fontes bibliográficas” (GIL, 1991, p.70). Nesta fase, Gil reafirma a importância que se faça a interpretação a partir da ligação e comparação dos dados obtidos, deixando a subjetividade das posições pessoais de lado, para que não se comprometa a validade da pesquisa. Como critério de seleção dos termos, conceitos foram utilizados:

- a) **frequência de aparecimentos (elementos congêneres):** A periodicidade em que de termos e/ou conceitos aparecem de maneira natural, sem a interferência do pesquisador na abstração ou sintetização de ideias. São elementos considerados iguais por possuir a mesma nomenclatura e definição, nas abordagens utilizadas por mais de um autor;
- b) **estabelecido de conceitos/termos-chave:** termos e conceitos puros, cuja ideia central seja de importância para o entendimento do campo e/ou considerados chave, por permitir explicar ou elucidar, de forma mais específica, a matéria ou ideia. Estes conceitos podem aparecer em um único ponto ou em diversos, abordado por um só autor;
- c) **sintetização das ideias-chave:** durante a fase de leitura interpretativa ocorre a sintetização das ideias principais resultando na tradução de um termo e/ou conceito por intermédio do pesquisador. Nela pode ocorrer a comparação entre opiniões de autores na qual se utilizam de palavras diferentes para descrever conceitos iguais;

¹O instrumento de coleta que foi utilizado encontra-se no Anexo A do trabalho.

- d) **hierarquização de tópicos:** utilização dos principais tópicos que compõem um texto, capítulos ou seções de livro e demais materiais, no qual se chega a uma ideia central identificando e extraíndo seu núcleo. É através de abstração que esse núcleo resulta na transformação de um campo mais amplo de ideias em um só termo, seguido de um conceito também mais abrangente, de acordo com o assunto, elaborado pelo pesquisador.

Para a elaboração de alguns conceitos, sobretudo os de elementos congêneres (que forem citados por mais de um autor), foram considerados os critérios que FLICK (2009, p. 333) elenca:

- a) garantir que haja precaução para que se mantenha a especificidade do texto individual, no que diz respeito a seus aspectos formais e conteúdo;
- b) garantir um nível suficiente de análise estrutural e de profundidade na relação com o texto a fim de preservar sua estrutura e sua profundidade.

Nesta etapa, foram organizados os instrumentos de coleta, buscadas as associações entre os elementos e feitos apontamentos que auxiliaram na etapa de redação do trabalho.

4 UM OLHAR SOBRE A INFORMAÇÃO COMO ELEMENTO DA BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Com o passar do tempo, os suportes utilizados como forma de transmissão de informações e de comunicação foram sendo modificados e aprimorados, a partir da necessidade e evolução humana. Além das informações que eram passadas diretamente de pessoa para pessoa, oralmente e sem registro físico, até a escrita ser mais difundida através de papiros, tecidos e outros inúmeros e incontáveis suportes, mais leves e mais fáceis de utilização, por exemplo: a pedra, madeira e argila eram muito utilizadas.

A concepção do papel à invenção da imprensa (ocidental) por Gutenberg, em 1452, foram primordiais para o alavancar na produção, disseminação e acesso geral à informação. Obviamente todo esse processo demorou séculos para chegar ao nível que conhecemos, porém, necessitou de apenas 60 anos para a evolução da informação como conhecíamos fisicamente ser convertida na Era digital. Assim como em todas as outras áreas, a tecnologia foi impactante no que diz respeito à informação e ao trabalho do Bibliotecário. A utilização de máquinas que passaram a processar e intermediar (de certa forma) a informação, fez com que muitos na profissão temessem seu fim. Diferentemente disso, foi necessária uma mudança, readequando o profissional aos dispositivos e aparatos tecnológicos, além da atualização destes profissionais como conta a história.

Para Capurro e Hjørland (2007, p. 177) esta mudança surgiu direto do “balcão de informação, como alternativa para balcão de referência” em 1891. O “Bureau de informação era usado por volta de 1909 para indicar um escritório, onde serviços de referência eram oferecidos”. Em 1915 o termo informação foi utilizado pela então bibliotecária norte-americana Ethel Johnson, afirmando que, antes de mais nada, a Biblioteca especializada é um Bureau de informação, anos mais tarde sua afirmação tornou-se função, conforme Williams (1998, p. 174)² destaca: “a função da biblioteca é tornar os livros disponíveis. A função da biblioteca especializada é tornar informação disponível”.

Capurro e Hjørland (2007, p.177) compreendem que os Bibliotecários especializados foram os primeiros documentalistas nos Estados Unidos da América (EUA) e conseqüentemente vistos como os primeiros Cientistas da Informação.

²(WILLIAMS 1998, p. 174 apud CAPURRO; HJORLAND 2007, p.177)

“Somos, portanto, capazes de traçar uma linha de desenvolvimento das bibliotecas especializadas, passando pela documentação até a CI, tanto no Reino Unido quanto nos EUA.”. Um pouco depois ocorreu outro fato extremamente relevante: a reconceituação de documento por Paul Otlet. Seu tratado foi divulgado durante Congresso Mundial da Documentação Universal, realizado em Paris, em 1937 passando a considerar:

- a) documento é o livro, a revista, o jornal; é a peça de arquivo, a estampa, a fotografia, a medalha, a música; é, também, atualmente, o filme, o disco e toda a parte documental que precede ou sucede a emissão radiofônica;
- b) a documentação é constituída por uma série de operações distribuídas, hoje, entre pessoas e organismos diferentes. O autor, o copista, o impressor, o editor, o livreiro, o bibliotecário, o documentador, o bibliógrafo, o crítico, o analista, o compilador, o leitor, o pesquisador, o trabalhador intelectual,
- c) a documentação acompanha o documento desde o instante em que ele surge da pena do autor até o momento em que impressiona o cérebro do leitor. Ela é ativa ou passiva, receptiva ou dativa; está em toda parte onde se fale (Universidade), onde se leia (Biblioteca), onde se discuta (Sociedade), onde se colecionem (Museu), onde se pesquise (Laboratório), onde se administre (Administração), onde se trabalhe (Oficina). (OTLET, 1937, ONLINE).

Assim a definição de documento de Otlet reconduziu os rumos da Biblioteconomia, fazendo como que o objeto de trabalho informativo fosse ampliado de livro para documento, aumentando as possibilidades de atuação da área. Para difundir os estudos sobre documentação, Otlet funda o Instituto Internacional de Bibliografia (IIB) que se transformou em Instituto Internacional de Documentação e finalmente, em 1938, em Federação Internacional de Documentação (FID). Nesta época, as ideias de Otlet influenciaram diretamente o então Diretor da Biblioteca Nacional, Cícero Peregrino da Silva, a fundar o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, o atual IBICT. Este marco foi decisivo para a ampliação e modificação do campo de atuação dos Bibliotecários. Antes essencialmente com livros, passaram a se dedicar a outras áreas, agregando novas práticas de organização e novos serviços de documentação, ultrapassando assim os limites da biblioteca. O Bibliotecário passa a poder atuar definitivamente, não apenas com livros, mas sim com a informação.

Já na Segunda Guerra houve outro importante marco onde foram difundidas e estimuladas as atividades de Ciência e Tecnologia onde foram estudadas maneiras para que informações fossem passadas de maneira codificada e sigilosa, o que acabou ocorrendo através de emissão de sinais elétricos, resultando no que conhecemos hoje como Informática.

Capurro e Hjørland (2007) afirmam que, desde a Segunda Guerra Mundial ocorreu uma mudança proporcionada pela disseminação e o uso das redes de computadores. Esta mudança acarretou no surgimento da Ciência da Informação (CI) como campo de estudo e uma década depois com Otlet dando início a definitiva mudança das características do objeto de trabalho da Biblioteconomia, de livro para Informação. A consequência dessas novas perspectivas deu origem à sociedade da informação. A partir desse ponto teorias matemáticas eram postas em prática e números, que isolados não carregam muito sentido, juntos e através de programas desenhados para efetuarem sua tradução em signos conhecidos por nós, carregavam neles outra forma de portar a informação.

Esse foi o passo para transformação do conhecido mundo físico, palpável, para a concepção de um novo mundo, o digital, que partiu da necessidade da transformação de como essa informação é processada na Era Digital. A era onde metadados carregam os dados relativos à informação modificou todas as formas de conceituação que havíamos sobre objetos documentais. O encontro da Ciência da Informação (CI) e da Biblioteconomia se deu neste momento, sendo a CI é “um conjunto de teorias práticas, como campo científico, produz intercâmbio com outras disciplinas” (OLIVEIRA, 2005, p.21), sendo que a Biblioteconomia é a área “com a qual ela tem falado mais de perto, pelo menos na realidade brasileira” (OLIVEIRA, 2005, p.21).

Para Oliveira (2005) fica claro que a CI não é uma evolução da Biblioteconomia, cada área é independente, porém ambas compartilham do uso da informação e das tecnologias em suas práxis. Capurro e Hjørland (2007) explicam que desde aproximadamente 1975 a CI tem sido trazida em primeiro plano pelas escolas de Biblioteconomia:

Isto pode ser devido, em parte, ao crescente interesse em estar associada a campos de tão grande importância como recuperação de informação por computador e outras áreas da CI. Embora as escolas de biblioteconomia sejam as maiores contribuidoras neste campo, como refletido pelas contribuições delas para revistas líderes em CI, elas também enfrentam desafios [...] (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 177).

Com o passar do tempo, a informação que se obtinha antes de diversos suportes físicos, passou também a ser processado digitalmente através de uma máquina, o computador. Como o Bibliotecário não mais lidava apenas com livros e sim com informação, passou a ter de se preocupar com a informação também por meio digital. De modo que a BCI lidando, assim como diversas outras áreas como o elemento informação, torna-se de difícil definição, “pois nenhuma teoria é proprietária da informação” (BOGDAN, 1994, p. 53)³. Dessa maneira, a BCI procura trabalhar, entre outros aspectos, também em relação à comunicação humana. Neste sentido, Le Coadic (1996) define informação como:

[...] conhecimento inscrito (gravado) sob a forma escrita (impressa ou numérica), oral ou audiovisual. A informação comporta um elemento de sentido. É um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espacial- temporal: impresso, sinal elétrico, onda sonora, etc. Essa inscrição é feita graças a um sistema de signos (a linguagem), signo este, que é um elemento da linguagem que associa um significante a um significado: signo alfabético, palavra, sinal de pontuação. (LE COADIC, 1996, p.5).

É através da emissão dos mesmos tipos de sinais ou códigos que se desenvolve o processo de comunicação, para que o emissor (quem transmite) e o receptor (quem recebe) possam compartilhar do mesmo sentido informativo. Barros (2011, p. 63) afirma que “[...] a depender do contexto, a informação pode adquirir significados diferentes, de acordo com o lugar e a época situada, o que, de início, já dificulta a sua definição teórica.”. Por este motivo, um sentido mais específico utilizado pela área da BCI foi adotado. Buckland (1991, p. 351) aponta a informação em uma tríade de aspectos como sendo principais para o uso da palavra

³ (BOGDAN, 1994 p. 53 apud CAPURRO, HJORLAND, 2007, p. 160)

informação: “informação como processo, informação como conhecimento e informação como coisa”.

A “informação como processo” funciona havendo um emissor e um receptor que compartilhem uma mensagem. Esta mensagem (informação) é assimilada transformando aquilo que se conhece. Esse processo depende diretamente do grau de conhecimento anterior ao fato recebido e é fator determinante, pois atua influenciando diretamente no grau de percepção do receptor. Buckland (1991) utiliza as definições do dicionário Oxford para complementar: “neste sentido ‘informação é o ato de informar; Comunicação de conhecimento ou ‘notícias’ de algum fato ou ocorrência; a ação reveladora ou fato ser informado de algo” (OXFORD ENGLISH DICTIONARY, 1989, p. 944)⁴.

A “informação como conhecimento” acontece evidenciando o que é percebido na “informação como processo”. “Quando se recebe uma informação o que se sabe é alterado [...]” (Buckland, 1991, p. 351, tradução nossa). Esta transformação seria a qualidade (se pudesse ser estimada) do que é assimilado pelo processo anterior. O grau de abstração que o receptor obteve diante do que lhe foi passado, embora subjetivo, íntimo e imensurável, ocorre de maneira diferente em cada receptor. Neste sentido, o Dicionário Oxford (1989, p. 945) define como: “Conhecimento comunicado a respeito algum determinado fato, assunto, ou evento; dos quais se tenha conhecimento; inteligência, notícias.”. O autor complementa trazendo que esta noção de informação é “[...] aquela que reduz a incerteza [...]”, ou às vezes, “esta informação aumenta as incertezas” (BUCKLAND, 1991, p. 351, tradução nossa).

Já “informação como coisa” é considerada quando o termo pode ser atribuído a objetos, dados (falados, escritos, digitais) ou documentos (independente de sua tipologia), de caráter informativo. O Dicionário Oxford define que como “a qualidade de transmitir conhecimento ou comunicar a informação, algo instrutivo.” (OXFORD ENGLISH DICTIONARY, 1989, p. 946)⁵. Para entender o processo de comunicação, denotando a importância deste aspecto da informação, o autor explica:

⁴(OXFORD ENGLISH DICTIONARY 1989, p. 944 apud BUCKLAND, 1991, p. 351, tradução nossa).

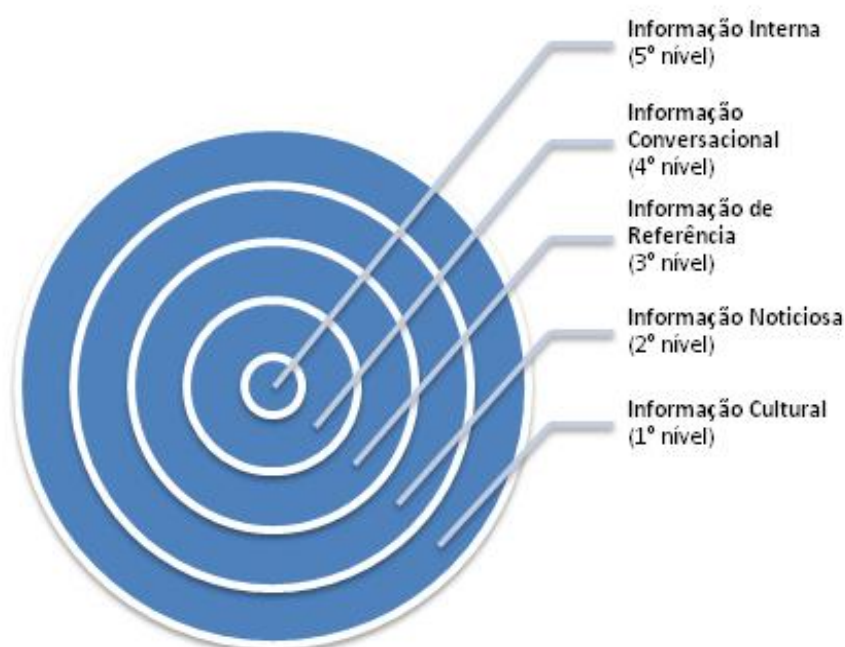
⁵(OXFORD ENGLISH DICTIONARY, 1989, p. 946 apud BUCKLAND 1991, p. 351, tradução nossa).

Uma característica chave da “informação - como - conhecimento” é ser intangível: não se pode tocá-la ou medi-la, de nenhuma maneira. Conhecimento, crença e opinião são pessoais, subjetivos e conceituais. Entretanto, para comunicá-los, eles têm de ser expressos, descritos ou representados de alguma maneira física, como um sinal, texto ou comunicação. Qualquer expressão, descrição ou representação seria “informação - como - coisa”. (BUCKLAND, 1991, p. 351, tradução nossa)

A informação como coisa ganha destaque como parte chave do processo de comunicação sendo o meio de transporte da informação entre emissor e receptor, pois, somente este, pode transformá-la em conhecimento. “Por sua própria natureza, o conhecimento deve de alguma forma depender da informação; os dois termos são frequentemente intercambiáveis.” (MCGARRY, 1999, p. 1). De certa forma, por um elemento depender do outro, a informação é objeto de utilização para os que lidam com ela como instrumento de trabalho, transformando a realidade e fomentando o conhecimento nos receptores. Na BCI essa representação ou processamento de dados se dá através de sua manipulação, com a organização e tratamento até o acesso efetivo à informação.

No processo de comunicação existem níveis de informação que, quando passados dependem diretamente de variáveis como: o contexto social (passado, presente e futuro), a vivência pessoal, a pretensão de sua utilização, a ética e seus objetos morais, e a capacidade de compreensão cognitiva que um indivíduo possui frente a ela. Estes elementos são influência e barreiras durante o processo de absorção da informação, o que o torna um processo subjetivo, de difícil quantificação ou qualificação. Portanto, essas variáveis podem afetar ou serem afetadas no momento em que ocorre o processo de comunicação. Para ilustrar de que forma podem agir, Barros (2011, p. 74) demonstra através da adaptação do esquema de Wurman (1991) como operam essas condicionantes comunicativas:

Figura 1 - Os cinco anéis da informação:



Fonte: Wurman, 1991, p. 47, adaptado por Barros, 2011, p. 74.

O esquema aponta: em primeiro nível “a Informação cultural, que determina nossas atitudes e crenças na sociedade”; Em segundo nível a Informação noticiosa, “que pode exercer influência na nossa visão de mundo”; Em terceiro nível a Informação de Referência, “a que opera no sistema do nosso mundo”, acrescentando a informação trazida por fontes fidedignas, através de profissionais que trabalham com a informação, pessoas com compromisso à fonte, autoridades, estudiosos, entre outros; Em quarto nível estaria a Informação Conversacional,

“aquela que trocamos com quem está à nossa volta”; E em quinto e último nível, a Informação Interna, “que afeta nosso corpo, nossa psique”.

Compreendendo o esquema anterior se tem noção de que forma a informação como coisa pode ser recebida e como ela pode influenciar o receptor durante o processo comunicativo, seja, afetando o receptor ou sendo afetada no momento em que ele passar a ser o emissor desta informação. A Figura 2 elenca os aspectos do processo comunicativo e de informação:

Figura 2 - Processo de comunicação e de informação.



Fonte: Buckland, 1991, adaptado pelo autor.

A primeira etapa do processo é o recebimento da informação (1) a Informação como coisa (tangível), ou seja, o formato com que é recebida pronta. Logo ocorre a segunda etapa (2) a Informação como processo onde, conforme já visto, o dado é assimilado para transformar aquilo que se conhece. A primeira e segunda etapas ocorrem quase que concomitantemente.

Na terceira etapa acontece o (3) Processamento da informação cognitivamente, ela está ligada à anterior, porém, uma funciona como processo e a outra como processamento. Nela o cérebro funciona fazendo as combinações necessárias com todas as conexões entre conhecimentos anteriores e já existentes através de: memórias, influências morais e éticas, reflexões, faz filtros, aplica

esquemas e descartes, para só então poder transformá-la em (4) Informação como conhecimento. Durante esta etapa, após todos os processos, o cérebro entende a informação (ao seu modo) transformando-a em conhecimento. Neste esquema apenas a primeira etapa é tangível e todas as outras intangíveis.

Estabelecendo estes parâmetros pode-se inferir a importância da informação dentro do processo comunicativo, sendo elemento circunstancial para a formação do conhecimento, pois é a informação que nos ampara diante um dilema interferindo nas escolhas:

Informação é algo de que necessitamos quando deparamos com uma escolha. Qualquer que seja seu conteúdo, a quantidade de informação necessária depende da complexidade da escolha. Se depararmos com um grande espectro de escolhas igualmente prováveis, se qualquer coisa pode acontecer, precisamos de mais informação do que se encarássemos uma simples escolha entre alternativas. (MILLER, 1996, p. 08).⁶

Deste modo, destaca-se a importância no processo comunicativo dos profissionais que lidam com informação e seus estoques e seu papel ativo na mediação da informação de qualidade, certa e precisa. Para passar esta informação este profissional apenas pode fazê-la de modo tangível, pois, é neste estado em que se pode administrar um banco de dados, registros ou uma biblioteca (física ou digital). São as informações materiais (compreendendo as digitais) que são resguardadas nos arquivos, museus, entre outros (BUCKLAND, 1991). Assim, não se pode preservar o conhecimento, o processo deste resultado, quando transformando em informação tangível sim, sob a forma de dados e necessitando ser assimilados ou processados para que só então possa ser considerado conhecimento novamente, em um processo subjetivo e individual. Shannon complementa que a informação é:

o que acrescenta algo a uma representação [...] Recebemos informação quando o que conhecemos se modifica. Informação é aquilo que logicamente justifica alteração ou reforço de uma representação ou estado de coisas. As representações podem ser explícitas como num mapa ou proposição, ou implícitas como no estado de atividade orientada para um objetivo do receptor. (SHANNON, 1975, p. 04)⁷

⁶(MCGARRY, 1999, p. 03 apud MILLER, 1996, p. 08)

⁷(MCGARRY, 1999, p. 04 apud SHANNON, 1975, p. 04)

Desta maneira, a informação como dado inanimado não agrega valor ao conhecimento, a não ser que funcione de intermédio ou meio à solução de problemas pontuais e específicos para o sujeito que a necessita, servindo assim como elemento de apoio à transformação do conhecimento pessoal/social, assim complementa-se que:

[...] o significado, no entanto, que é manipulado e operacionalizado, o que é armazenado e recuperado, é a informação física (informação-como-coisa). [...] Nessas definições, não pode existir algo como um sistema específico de “conhecimento fundamentado” ou um sistema de “acesso ao conhecimento”, somente sistemas baseados em representações físicas de conhecimento (BUCKLAND, 1991, p. 351, tradução nossa).

Neste sentido, um sistema de informação, como biblioteca, centro de documentação, jornal, revista, referência, notícia, ou qualquer outro meio que por intermédio de dados (informação como coisa), transformam-se nos intermediários da informação, tendo um papel central influenciando diretamente nas escolhas individuais e sociais e, conseqüentemente atuando como forma evolutiva da sociedade, na ciência e dentro do saber coletivo e científico.

Por esta razão é que a informação se tornou um elemento de estudo/trabalho de muitas áreas e é elementar na BCI. Inicialmente, pela demanda de vinda da sociedade, através da quantidade de informações disponíveis, gerando a necessidade, muitas vezes, de haver um avaliador preparado para filtrar, armazenar e disponibilizar essas informações levando em consideração a comunidade que e sua utilização. Essa demanda também gerou a necessidade de haver profissionais preparados para lidar com estoques de informação amparados em critérios, que embora subjetivos, possuam propriedade para a utilização e disseminação da informação de forma consciente, segura, ética e eficaz.

Para isso, e cada vez mais, os estudos da informação seguem e tomam rumos e status científico à Biblioteconomia e Ciência da Informação tendo representatividade à frente de outras áreas da ciência. Com o desenvolvimento de novas ferramentas tecnológicas de comunicação, que vieram a contribuir para o aprimoramento da consciência social, como sinônimo de conhecimento a atuação profissional acaba sendo decisiva em muitos casos. Um olhar social diferenciado em que seu papel rompa as barreiras físicas das dificuldades e que se promova através de ações

concretas de gestão e compartilhamento de informações de forma ética em todas as esferas sociais.

5 UMA PERSPECTIVA SOBRE A ÉTICA COMO ELEMENTO DA BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A Ética (ocidental) como doutrina tem seu berço na Grécia antiga, especialmente em Atenas. Foi neste período por volta de 400 AC., tido com um dos mais ricos períodos político-culturais, que se iniciaram as primeiras tentativas de um governo democrático e do usufruir dos direitos de cidadania.

As discussões iniciais surgiram pelas ideias de Sócrates, Platão e Aristóteles que estavam vinculadas a existência de uma comunidade democrática limitada e local, o surgimento da *polis* como Estado-cidade. A *pólis* foi um marco, pois, a partir deste ponto iniciou a descentralização do poder decisório da velha aristocracia que passou a ser democratizado, surgindo com isso a vida política, a criação de novas instituições eletivas e assim “se deram o nascimento da filosofia política e moral” (SANCHÉZ-VÁSQUEZ, 1984, p. 25, tradução nossa).

Foi neste cenário que o filósofo Sócrates (470 AC. a 400 AC.) se dedicou, como Peixoto (2010 p. 666) relata, pelas “buscas dos princípios da vida ética”, sendo o precursor dos pensamentos sobre a ética e a moral:

Ao contrário dos pensadores cosmológicos que se preocupavam com o universo da *physis*, Sócrates volta-se para a compreensão do universo humano, para compreensão das suas finalidades práticas, morais e espirituais. Enfim, volta-se para o universo do *nomos*, das convenções, dos valores, do modo de ser, pensar e agir da polis. (PEIXOTO, 2010, p. 665).

Outro importante aspecto levantado pelo autor é que Sócrates não deixou registros escritos, pois era contrário a utilização destes, acreditando que eram tendenciosos por não conseguir passar o real significado das palavras de uma pessoa. Sua convicção era de que mantendo a forma oral, as ideias poderiam ser discutidas e debatidas. Dessa forma poderia se certificar que a mensagem fora passada de acordo com seus princípios.

Apesar disso, dizia-se contrário e diferentemente dos sofistas⁸, que dominavam a arte da retórica, ou do convencimento, que seu papel era fazer o

⁸Na Grécia Antiga, havia professores itinerantes que percorriam as cidades ensinando, mediante pagamento, a arte da retórica às pessoas interessadas. A principal finalidade de seus ensinamentos era introduzir o cidadão na vida política. Eles eram chamados de sofistas, termo que originalmente significa “sábios”, mas que adquiriu o sentido de desonestidade intelectual, principalmente por conta

homem pensar de modo racional. Sua vida, seus ensinamentos e, sobretudo seus pensamentos foram descritos através de vários relatos de seus discípulos, sendo que o mais confiável deles é de Platão, seu discípulo desde cedo e que o acompanhou até a morte.

Sócrates foi acusado de corromper a juventude ateniense com suas ideias e acabou condenado à morte também por ser um “adversário da democracia ateniense” (SANCHÉZ-VAZQUÉZ, 1984, p. 251, tradução nossa). Entre seus fundamentos destaca-se seu saber acerca do homem (sua máxima: “*conhece te a ti mesmo*”) e sua ética, caracterizada pelo autor como racional, encontrando:

- a) Uma concepção do bem (como felicidade da alma) e do bom (como útil para felicidade);
- b) A tese da virtude (aretê) - capacidade radical do homem - como conhecimento e o vício como a ignorância (quem age mal é porque ignora o bem, portanto, ninguém faz o mal voluntariamente);
- c) A tese da origem sofista de que a virtude pode ser transmitida ou ensinada. (SANCHÉZ-VAZQUÉZ, 1984, p. 251, tradução nossa)

O autor enfatiza que as ideias de Sócrates de “bondade, conhecimento e felicidade estão estreitamente ligadas”. (SANCHÉZ-VAZQUÉZ, 1984, p. 252, tradução nossa). Isso faz com que o homem aja corretamente quando ele conhece o bem, “ao conhecê-lo não pode deixar de praticá-lo” e seguindo-o, alcançará a felicidade. Para Buckingham (et al., 2011, p. 47) Sócrates “não procurava respostas ou explicações definitivas: somente investigava a base dos conceitos que aplicamos a nós mesmos como (‘bom’, ‘ruim’ e ‘justo’). E por esse motivo que a Ética se torna elementar nas relações de valor da informação, pois é questionando este valor do que é bom, ruim e justo que aplicamos a Ética. Dentro desses questionamentos a distinção desses conceitos é essencial para alcançar uma vida virtuosa. Sendo que este questionamento leva a um raciocínio e esta é a ligação entre moralidade e conhecimento, conforme resume a figura a seguir:

das definições de Aristóteles e Platão. Aristóteles, por exemplo, definiu a sofística como “a sabedoria (sapientia) aparente mas não real”. Para ele, os sofistas ensinavam a argumentação a respeito de qualquer tema, mesmo que os argumentos não fossem válidos, ou seja, não estavam interessados **pela procura da verdade** e sim pelo refinamento da arte de vencer discussões. Disponível em <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/filosofia/sofistas.htm>> Acesso em: 21 de nov. 2016.

Figura 3. Ligação Socrática entre moralidade e conhecimento.



Fonte: Buckingham, 2011.

Platão (427 ac. a 347 ac.), por sua vez, como discípulo de Sócrates é também contrário à democracia ateniense. A ética para ele depende, como a política, de:

- a) sua concepção metafísica (dualismo do mundo sensível e do mundo das ideias permanentes, eternas, perfeitas e imutáveis, que constituem a verdadeira realidade e tem principal a ideia de bem, divindade, artífice o demiurgo do mundo);
- b) sua doutrina de alma (princípio que anima ou move o homem e é constituída de três partes: razão, vontade ou ânimo, a fortaleza, e a do apetite, [...] ligado às necessidades corporais e inferiores. (SANCHÉZ-VÁZQUEZ, 1984, p. 252, tradução nossa).

Essa doutrina da alma a que Platão se refere seria a forma com que, guiada pela faculdade da razão, a alma do homem se elevaria, libertando-se da matéria e sobretudo com a ideia de bem. Para que se alcance a purificação há de se praticar as virtudes que correspondem a uma parte da alma, sendo que a virtude da razão seria a prudência, da vontade, o ânimo, a fortaleza e a do apetite seria a temperança. A harmonia entre elas constitui uma quarta virtude, a da justiça. Platão acreditava que o indivíduo por si não podia alcançar a perfeição, pois, para isso, seria necessário o Estado ou comunidade política, “o homem bom é bom cidadão e somente se realiza em comunidade.” (SANCHÉZ-VAZQUÉZ, 1984, p. 253).

Obviamente já na época havia limitações de classe, pois, no Estado não existia lugar para os escravos, que careciam de virtudes morais e direitos cívicos. Já para a elite havia as atividades de “contemplação, a política e a guerra” que o autor afirma que eram consideradas superiores e efetuadas apenas por ela. Essas limitações de classe afastam a unidade entre moral e política, já que para ele o homem apenas evolui espiritualmente no Estado, mediante a subordinação do indivíduo à comunidade.

Outros aspectos, ressaltam que Platão utilizava também os métodos de Sócrates para explicar suas teorias. A princípio se preocupava em “buscar definições de valores morais abstratos, como `justiça´ e `virtude´” depois, em “A república”, apresentou sua visão de “estado ideal e explorou aspectos da virtude” (BUCKINGHAM et al., 2011, p. 52). Ao mesmo tempo, escreve que Sócrates havia dito que “a virtude é conhecimento e que para agir de maneira justa, por exemplo, você deveria primeiro perguntar o que é justiça”. Pela sua teoria, Platão, explica que, antes de falar em conceito moral, deveria ser pensado o que se quer dizer com esse conceito, à medida que uma de suas sugestões é que exista “alguma espécie de forma ideal das coisas no mundo em que vivemos - sejam essas coisas conceitos morais ou objetos físicos”.

Constituindo outro modelo de pensamento e também importante contribuinte à Ética, Aristóteles (384 AC. a 322 AC.) veio da macedônia e foi discípulo de Platão em Atenas. Ele se opõe ao dualismo ontológico de seu mestre, porém, assim como ele acredita que ética é unida à filosofia política, complementando:

Somente os deuses e as bestas não necessitam da comunidade política para viver, o homem em troca, tem de viver necessariamente em sociedade. Por consequência, não se pode levar uma vida moral como indivíduo exilado, apenas como membro de uma comunidade (SANCHÉZ-VAZQUÉZ, 1984, p. 255).

O autor ainda completa que para Platão e Aristóteles “a comunidade social ou política é o meio necessário moral” e apenas através dela pode-se alcançar a felicidade, por natureza o homem é um animal político-social. Dessa forma, Aristóteles via esta vida em comum, apenas acessível à elite, como a verdadeira vida moral. Porém, para que isso fosse possível era necessária toda a estrutura

social vigente na época, onde a maior parte da população era escrava, “esta vida que a elite poderia levar - de decidir, consagrar-se em busca da felicidade e contemplação” para Aristóteles era o marco onde o homem bom (o homem sábio) poderia ser um bom cidadão.

Com o passar do tempo a ética de caráter político-filosófico foi se modificando onde a religião utilizou-se de alguns preceitos para poder basear suas doutrinas. O cristianismo apossou-se de inúmeros termos ético-filosóficos para compor suas verdades, adaptando-as. A purificação da alma de Platão, por exemplo, se converte na elevação da alma para chegar a Deus, além de outros modos de pensar foram tomados emprestados na idade média, por exemplo, por Santo Agostinho, (354-430 DC) (BUCKINGHAM et al, 2011).

Na história, inúmeras foram as contribuições contemporâneas sobre a ética e influenciadoras das ideias de hoje, porém, um fator que merece destaque, e que está ligado diretamente à ética, é que embora para o homem a individualidade lhe seja facultada, sua tendência é viver em comunidade, sociedade. Dentro desta sociedade existem papéis sociais pré-estabelecidos que são desenhados através de escolhas, sejam elas pessoais ou impostas.

Em muitas culturas este papel é pré-definido anteriormente ao nascimento e mesmo assim nada impede ao homem (embora seja muito difícil assumir essa postura anti-cultural) que mude seu destino através de outras escolhas. Ao mudar seu papel dentro daquele meio, aqueles que utilizam os “códigos morais” (SANCHÉZ-VASQUÉZ, 1984, p. 247) operantes na comunidade poderão utilizar artifícios éticos pré-concebidos social e culturalmente para afirmar que o sujeito é imoral. De toda forma, ele está seguindo apenas uma ética própria, onde conta com alicerces amparados em sua própria felicidade e não apenas no bem-estar social, familiar cultural daquela comunidade.

A ética, diferentemente da moral, tem um caráter fundamentado, onde se acabam por debater sobre os valores morais acerca de um contexto específico. Dentro desse campo aparecem diferentes fundamentos que discutem sobre os problemas éticos acerca da essência da vida, do comportamento do homem e do mundo. A ética funciona mediada por reflexões e subsidiada por discussões acerca de normas e valores muitas vezes implícitos em um poder social. Através dela é

possível se estabelecer relações entre diferentes pontos de vista onde se tem como primazia a relação de bem-estar-social:

A ética tradicional parece governada pelo modelo do sujeito autônomo, responsável, determinando suas próprias leis, sem referir-se a uma autoridade exterior. Responsável por si mesmo e por seus atos, ele é impulsionado por uma infinita liberdade e, por outro lado, totalmente responsável por ela. (DUPAS, 2001, p. 78)

Dessa maneira, mesmo o homem impulsionado a ser livre acaba optando por viver em sociedade, pois, essa responsabilidade trazida com a liberdade demanda coragem. Ser responsável pelos atos não baseados em tendências sociais pressupõe um peso muito maior aos já consagrados por ela. Os papéis sociais, de certa forma, cerceiam a liberdade, porém, neles existe conforto. Baseando-se nessas práticas o sujeito socialmente se torna inerte e aceito pela sociedade, delegando a responsabilidade individual de seus atos à consagração prévia e amparada culturalmente por ela (DUPAS, 2001).

A conquista de direitos civis e individuais possibilitou às demais classes, e não somente à elite, alcançar as virtudes morais e direitos cívicos, das quais Sócrates, Platão e Aristóteles se referiam restritos anteriormente. Mesmo que precariamente, o exercício da cidadania, do pensamento crítico e da liberdade de expressão é, na teoria, estendido a todos e o do suposto alcance da felicidade se dá através das maneiras de agir e relacionar coletivamente, sendo o mais justo possível.

Para Sánchez-Vasquez (1984, p. 31, tradução nossa) a ética se relaciona com outras ciências que “estudam, em diversos ângulos, as relações de comportamento de homens em sociedade, e que proporcionam dados e conclusões que contribuem a esclarecer o tipo peculiar de conduta humana que é a moral”. Por esta razão a ética é relacionada à moral e muitas vezes até confundida com ela.

A moral é trazida de várias maneiras desde o nascimento de um indivíduo. Nesses indivíduos são instituídas regras de convívio social que lhes são passadas através das práticas, histórias, convívio familiar, do dia a dia, religião e na educação, onde tradicionalmente e culturalmente está ligada aliada aos bons costumes, que pode variar historicamente e de acordo com a cultura e a sociedade (SANCHÉZ-

VAZQUÉZ, 1984). Guimarães (2009) discorre sobre ética, moral e valores trazendo consigo a concepção de outros autores em sua definição:

Considerada por Cortina e Martinez (2005, p.9) como um “saber normativo”, orientador das condutas humana, a ética diferencia-se da moral, pois esta se refere a ações desenvolvidas em um universo concreto, geográfica e temporalmente delimitado, enquanto aquela busca refletir sobre a vida moral em si e, por conseguinte, sobre as diferentes morais no espaço e no tempo. Assim, observa-se que a ética se atém ao estudo do fenômeno da moralidade em si, concentrando-se como destaca Mora (2001, p. 931) nos “[...] objetos morais em todas as suas formas de evoluir [...]”. (GUIMARÃES, 2009, p. 95).

Ambos autores concordam que na Ética é onde se pensam e se discutem teorias onde, diversas delas tratam do modo de viver em sociedade e talvez a mais importante delas seja a dos objetos morais. O conceito da ética e seus objetos morais, no que tange às suas formas de evoluir é, como usada na Biologia, metamórficas: a ética é metamórfica, devido à ação e impacto e condições resultantes dos novos costumes provenientes das novas tecnologias e o comportamento social em sua forma original. Dessas transformações acabaram surgindo a EI, Ética Computacional, Cyber-ética, entre outras, não deixando de se tratar de ética, apenas adaptando o objeto às novas realidades.

O impacto que as novas tecnologias têm na vida do homem estão além de sua inocente utilização. Dupas (2001) abre uma discussão que nos remete ao que Platão afirmava sobre o princípio da responsabilidade, que torna “cada um responsável por seu destino”. O referido autor cita Jonas (1995) afirmando que:

Instigado pelo potencial destruidor das novas tecnologias, JONAS (1995), introduziu recentemente uma ideia de uma humanidade frágil e perecível, perpetuamente ameaçada pelos poderes que emanam do homem. Essa responsabilidade contemporânea se esvazia de toda ideia de finalidade racional e dá prioridade ao fato de que o homem se tornou perigoso para si mesmo, constituindo-se agora em seu próprio risco absoluto. (DUPAS, 2001, p. 78).

Os interesses são conflitantes na era tecnológica, esse novo princípio de responsabilidade trazido por Dupas (2001, p. 79) como “à idade do pós-dever, à sociedade pós-moralista, ao minimalismo ético. Trata-se de uma `ética razoável´ um

esforço de reconciliação entre os valores e interesses”. Jonas (2006) ainda aponta o conflito de interesses envolvendo a comunidade científica versus grandes corporações globais, submetidas a lucro e regras rígidas sobre sigilos e patentes. Estes são típicos conflitos que acabam por impedir o progresso da ciência para o bem-estar social, levando a ciência a estar atrelada às políticas privadas e econômicas.

Existem outras inúmeras importantes questões onde a ética acaba por se “necessária e impossível”, e em algumas questões tecnológicas torna-se perigosa. São demandas sobre o prolongamento da vida, o controle comportamental e a manipulação genética, “para essas questões a ética tradicional não tem qualquer resposta” (DUPAS, 2001, p. 80). Com isso, Jonas (1995) levanta uma questão extremamente inquietante “saber se estamos qualificados para esse papel demiúrgico, eis a questão mais grave que se pode colocar para o homem, que se descobre subitamente de posse de tal poder sobre o destino” (JONAS, 1995, apud DUPAS, 2001 p. 80).

O princípio da responsabilidade (JONAS, 2006), sob a ótica de Platão, onde cada um é responsável pelo seu destino, onde a finalidade da responsabilidade de seus atos individuais seria para um bem social, com a influência da tecnologia e a ação desenfreada do homem e sua utilização sem preceitos éticos modificaria esse conceito. Nesse espaço há um grande paradoxo no momento em que o homem interfere no destino do outro ao utilizar, por exemplo, o melhoramento genético, termo utilizado nas disciplinas de genética, não sabendo ao certo o pode ser modificado neste processo. Dentre muitos outros exemplos que trazem problemas que influenciam e afetam a vida social, a natureza, vida animal e humana onde se sobrepõe a vontade individual (privada), à ética e os valores sociais até então supostamente vigentes.

Na atualidade, a ética tradicional não dá conta de reconhecer os inúmeros problemas morais, sua investigação e análise. Justamente pelos ditos objetos morais se adaptarem às novas possibilidades e fenômenos sócio-culturais trazidos pela tecnologia e o avanço da ciência amparada por ela. Por este motivo, e pelo aumento de demanda e urgência que a matéria necessita assuntos que exigem até

mesmo conhecimentos específicos (computacionais), além da filosofia, a filosofia da informação e a ética vem sendo tratadas e discutidas pela Ética da Informação.

Já na área da BCI, a ética, geralmente é denominada por Ética profissional, ou Ética Bibliotecária. A perspectiva ética é ampla no sentido em que leva à discussão os princípios e fundamentos éticos tradicionais, para compreensão e justificativa das escolhas que orienta as ações, como visto anteriormente. Ao mesmo tempo, é restrita, ao funcionar como reguladora das condutas humanas ou normatizadora. Essas duas perspectivas são trazidas por Souza (2007, p. 137) como caminhos, sendo que o primeiro “supõe uma sociedade constituída por indivíduos capazes de auto-interrogação” e o segundo “supõe uma sociedade composta por elementos em estado de dependência ou semi-infância, propensos a serem mandados e subjetivamente pouco preparados para a negociação e expressão das próprias vontades [...]”.

Ambos os aspectos são abordados no currículo universitário, por exemplo, sendo objetos de debate entre os profissionais da área da BCI em diversos âmbitos. De acordo com Bottentuit (2009), o Conselho Federal de Biblioteconomia, o CFB - 14º Gestão - e a Comissão de Ética Profissional (CEP), motivado pelo crescimento nas discussões de pesquisadores brasileiros e estrangeiros, entendeu como de fundamental importância apresentar novos olhares em torno da questão ética em especial:

[...] por ter entre suas principais metas o estímulo à introdução de uma disciplina sobre esse conteúdo nos currículos dos Cursos de Graduação em Biblioteconomia, bem como à incorporação desse tema nas agendas da área e no próprio exercício profissional. Apontar os aspectos concernentes ao assunto, seus referenciais, assim como estimular as discussões em torno deles, pode subsidiar a composição do conteúdo programático de uma disciplina sobre ética (BOTTENTUIT, 2009, p.3).

Um desses olhares diz respeito ao aumento, nos últimos anos, da necessidade de “desenvolver ou incrementar a consciência das dimensões éticas do trabalho do Bibliotecário e outros profissionais da informação”. O autor se restringe como ponto de partida às questões que estão relacionadas com as bibliotecas e centros de informação, já que os fenômenos estudados pela ética bibliotecária,

segundo Froehlich (2004)⁹ “[...] vem da convergência de numerosas disciplinas – biblioteconomia e documentação, informática – relacionadas com informação e Internet”, que torna a matéria extensa. No entanto, bibliotecas e centros de informação possuem:

determinada missão e objetivos de carácter social, atuando de acordo com um conjunto de valores. Quer dizer, a realização de seus objetivos devem ser alcançados através de uma conduta ética, que supõe o reconhecimento de que os profissionais da informação são agentes morais, responsáveis diante de si mesmos, diante dos demais e diante à sociedade como um todo. A ética fornece um quadro de trabalho para resolver as funções essenciais dos profissionais, estabelecer políticas e desenvolver estratégias de serviço. (FERNANDES-MOLINA, 2009, p. 66, tradução nossa).

Algumas das principais implicações éticas envolvendo bibliotecas e centros de informações identificadas por Froehlich (2007) discutem as definições e distinções dos aspectos morais, éticos e jurídicos dentro do trabalho com a informação, apontando características fundamentais para a profissão e ressaltando a necessidade de haver o equilíbrio entre justaposição de normas, obrigações e princípios. A preocupação ética na produção, coleta e disseminação da informação é abordada pelo autor com o direito autoral, as diferentes tradições entre outras formas de propriedade e direitos autorais, o controle e censura onde as fontes internas e externas atuam diretamente nas práticas da biblioteca, na gestão de documentos (indexação, classificação e representação da informação) em questões e problemas de referência, trazidos pelo crescimento do acesso eletrônico e o auto-atendimento.

Sobretudo há uma convergência temática muito grande no que diz respeito à ética profissional e os aspectos trazidos também pela Ética da Informação, além dos aspectos profissionais, por esta perspectiva ressaltando os temas convergentes em que a tecnologia está presente: o direito de informação pública de fácil acesso aos cidadãos, a privacidade (confidencialidade, intimidade e proteção de dados pessoais), as questões de direito autoral e as licenças de uso, entre outros temas estes que também serão tratados nos Elementos para EI dispostos a seguir.

⁹(FROEHLICH, 2004 apud FERNANDEZ-MOLINA 2009, p. 65, tradução nossa)

6 ELEMENTOS PARA ÉTICA DA INFORMAÇÃO

A Ética da Informação (EI) tem seu nascimento, assim como a Ética tradicional, na antiga Grécia, onde as discussões sobre e a *pólis* foram tomando forma. Nesta época, junto à criação da democracia ateniense, foi onde surgiu uma questão chave ao campo, a “*parrhesia*” (CAPURRO, 2006, Online). O autor afirma, pela análise de Foucault, que “a *parrhesia* é essencial à democracia ateniense”. Ela é “a forma crítica com que o orador está em uma posição inferior no que diz respeito ao seu interlocutor”. O parrhesiastes é o sujeito que fala a verdade sob sua responsabilidade. A verdade, neste caso, pode se tornar uma qualidade moral no momento em que um tirano é afrontado, por exemplo.

O objetivo principal desta verdade é, sobretudo, o bem (individual ou coletivo) onde, diferentemente da retórica, é escolhido o desafio da franqueza ao invés da persuasão sofística. Foi assumindo um papel *parrhesiaste* que Sócrates confrontou os demais filósofos e políticos da época, justificado pelos problemas que a *pólis* e sua elite dominante traziam e sobretudo o papel democrático exercido por poucos na época. Através dos relatos de Platão, Peixoto (2010) afirma que:

Sócrates não deixou encantar às benesses que a vida política e intelectual poderia lhe proporcionar. Julgava que sua missão era servir à sociedade ateniense, vivendo de modo justo e honesto, contribuindo para a formação de cidadão sábios, honestos, temperados e virtuosos (PEIXOTO, 2010, p.666).

Esses motivos também levaram Sócrates a ser proibido de conversar com jovens com menos de 30 anos e mesmo assim manteve seu papel ativamente. Acabou condenado à morte por envenenamento, mesmo a ele tendo sido oferecida a opção de exílio, assumindo a responsabilidade de sua conduta moral até o instante em que fora cumprida a sentença. No momento que seu compromisso com a verdade e seu “pensamento crítico, autônomo e criativo” (PEIXOTO, 2010, p. 668) sobrepuseram a convicção política ao seu próprio bem-estar. A *parrhesia* foi, portanto, em um conjunto de outros elementos históricos, precursora e base para que as discussões sobre liberdade de expressão em geral e na contemporaneidade estejam no nível em que estão.

A história recente da EI, segundo Capurro (2006, Online) surge com a massificação da informação, a partir da metade do século passado. Com o surgimento do computador e conseqüentemente da internet surgiram problemas de comportamento e de comunicação nas sociedades moldadas por essa nova mídia. As necessidades trazidas pelas novas tecnologias digitais, desde a utilização das ferramentas de procura e disseminação de informação nos ambientes sem fronteiras e sem regras físicas estabelecidas, passam a exigir conhecimentos e espaços de discussões direcionadas, surgindo então a EI.

Em 1980 (FROELICH, 2004, ONLINE, tradução nossa) Barbara J. Kostrewski e Charles Oppenheim escreveram um artigo chamado “Ética na Ciência da Informação”, levantando questões que versavam sobre confiabilidade de informações, qualidade de dados fornecidos on-line, entre outros. Em 1988, Rafael Capurro escreveu um artigo em alemão chamado “Informações Ethos e Informação Ética”¹⁰. Em 1992 Robert Hauptman deu origem à revista *Ética da Informação* nos Estados Unidos.

O autor ainda afirma que, conforme o passar dos anos, o termo “Ética da Informação” foi cada vez mais adotado pelas áreas de ensino nas universidades, incluindo as áreas da Ciência da Computação. Essas áreas estariam preocupadas com a “integridade ou a consistência de uma linguagem de programação”. Mais tarde, essas preocupações dariam abertura para que autores como Richard Severson em “Os princípios da ética da informação” discorresse sobre “propriedade intelectual, o respeito à privacidade” e Marsha Cozinhe sobre temas que abordasse a “criminalidade informática, direitos autorais, privacidade, confiabilidade de software, inteligência artificial, e e-commerce que se tornaram referências na área de Ética Computacional. (FROELICH, 2004, ONLINE, tradução nossa).

Sobretudo a EI está ligada, como o nome mesmo denomina, essencialmente à Ética e a Informação, o que a torna uma matéria interdisciplinar e influente em várias disciplinas. A informação como elemento básico indispensável na comunicação e a Ética como norteadora das relações sociais e influenciadora dentro do processo de comunicação. A tecnologia vem como um outro meio de

¹⁰InformationethoesundInformationsethik.

comunicação, onde Barreto (2007, p.29) considera que “o tempo de interação do receptor com a informação, quando conectado on-line, é em tempo real, com a velocidade que reduz o tempo de acesso em torno de zero”, essa possibilidade leva para uma nova dimensão o “julgamento de valor da informação; o receptor passa a ser o julgador de sua relevância em tempo real”. Esses três elementos, típicos da EI fornecem suporte a diversas outras áreas devido a “confluência das preocupações éticas da Mídia, Jornalismo, Biblioteconomia e Ciência da informação, Ética computacional (incluindo Cyberética), Sistemas de informação e gestão, negócios e da internet” (FROEHLICH, 2004). A EI é denominada como:

Um espaço de reflexão cujos objetos são as regras e valores vigentes implícita ou explicitamente não somente esse meio de interação digital, podendo se entender também que tal termo inclui meios de comunicação não digitais, como tem sido, e segue sendo a comunicação oral e escrita, e particularmente a comunicação impressa [...] (CAPURRO, 2006, ONLINE).

Essa informação diferentemente das comunicações nas sociedades democráticas tradicionais, quando ocorre dentro de um ambiente digital é “horizontal ou não-hierárquica” (CAPURRO, 2006, ONLINE), ou seja, a internet modificou a realidade da comunicação tornando a liberdade de expressão dúbia. O que poderia ser considerada uma virtude, no momento em que a liberdade de outra pessoa é interferida:

O que dizer sobre o que a verdade ou *parrhesia* significa nessa nova situação? Remetemos a esta questão quando debatemos, por exemplo, sobre a privacidade. O que posso dizer, a quem? De que forma? Um livro, um jornal, a TV, o rádio, um blog, uma lista de discussão, um e-mail pessoa? Mas a questão subjacente a ética da informação é, creio eu, de natureza mais ampla do que os problemas gerados pela internet. (HAUSMANNINGER; CAPURRO, 2002, p. 10)¹¹

Neste sentido Capurro (2006) afirma que a EI lida, sobretudo, com as questões de digitalização ou a reconstrução do mundo palpável no mundo digital. A *parrhesia* no mundo contemporâneo pode ter implicações em nível global e não apenas local, como na antiga Grécia. A Ética da Informação vem para suprir as

¹¹ (Hausmanninger; Capurro 2002, p. 10 Apud Capurro 2010, Online, tradução nossa).

lacunas onde a ética tradicional nem sempre tem resposta. Dessa maneira os conhecimentos gerados por diversas áreas ou campos, surgem demandas e questões éticas específicas e para isso é necessário um estudo mais aprofundado acerca de questões que giram em torno da tecnologia, das novas formas de comunicação, para que se consiga manter um tratamento e finalidade (social) que demandam essas questões, sobretudo da informação ao gerar conhecimento.

Anterior a EI, a área que atuava de forma semelhante, porém trabalhando com alguns elementos diferentes era a Epistemologia Social (ES). A área estabelecia o “estudo/análise das relações recíprocas que se estabelecem entre os seres humanos e seu mutante entorno social, cultural e tecnológico”, (ODDONE, 2007, p. 110). A autora afirma que em sua concepção original na década de 1950 a ES foi descrita como:

uma ‘disciplina-mãe’, uma espécie de ‘fundamento científico’ para a biblioteconomia, a bibliografia e a comunicação, ‘um corpo de conhecimentos sobre o próprio conhecimento [...], sobre os modos por meio dos quais o conhecimento é coordenado, integrado e posto a funcionar [...], sobre as forças intelectuais que modelam as estruturas e as instituições sociais’ (SHERA, 1972, p. 111-2).

Oddone menciona que a ES traz como foco a análise “da produção, do fluxo, da integração e do consumo de todas as formas de pensamento comunicado ‘os produtos intelectuais’ por meio de todo o tecido social” (SHERA, 1973, p. 89).¹² Deste modo a ES acabou por flutuar também por outras disciplinas além da BCI.

Oddone (2007) baseado nas ideias de Goldman (2001) para promover a ES, ampliando sua teoria, pois compartilha “a despeito de sua distância no tempo, uma idêntica matriz epistêmica, um mesmo movimento paradigmático”. Com isso poderia dividir o cenário com as ciências humanas e abordaria temas sociais, estendendo-se a:

[...] formação discursiva, redes sociais, redes sociotécnicas, comunidade científica, tecnologias intelectuais, metrologia, inteligência coletiva e inteligência distribuída, entre outros – produz de imediato notáveis desdobramentos em seu esquema conceitual, favorecendo a observação de conexões e solidariedades que lhe conferem substância e coerência,

¹²(SHERA, 1973, p. 89 apud ODDONE, 2007, p. 111).

estendendo as possibilidades de sua utilização em diferentes direções. (ODONNE, 2007, p. 112).

Com todo esse movimento, sobretudo com a evolução tecnológica, conceitos de informação, como já visto anteriormente, foram modificados. Toda essa mudança fez com que Luciano Floridi, lançasse uma tese de que a ES não poderia fornecer de forma satisfatória bases filosóficas à BCI através de seus preceitos.

A FI faz uma investigação crítica da estrutura conceitual e dos princípios básicos da informação, adentrando a fundo em conceitos sobre o que é a informação e se poderia existir uma teoria unificada, como dados adquirem significado e como atribuir valor de “verdade” a eles. No campo da Inteligência, como explicar a cognição dentro do processo da informação, dúvidas entre inteligência artificial e a natural, se a ES pode ser base para a teoria da Informação, entre outros campos que discorrem sobre a natureza e o valor ético da computação e suas fundamentações teóricas (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2013, p. 6-7).

Com isso, a FI é uma área que estuda primordialmente a natureza conceitual da informação, sua dinâmica e suas ciências e com isso busca tentar responder a questão ontológica da BCI, o que é a informação, entre outras questões chave relacionadas também à informação digital e às implicações trazidas pela tecnologia para a informação. Segundo Floridi (2002), somente uma disciplina com bases filosóficas poderia responder a esses questionamentos. Dessa maneira, essa afirmação acabou gerando desconforto na comunidade da BCI mundial, devido a abrangência de suas pesquisas e a repercussão de seu trabalho, motivando inúmeras discussões na área.

Nesse artigo, o autor afirma que a BCI lida com conteúdos entendidos como dados significativos e qualquer acesso a um dado é mediado por um comportamento ontológico, pois nem descobrimos nem inventamos o mundo, mas o projetamos. O discurso de Floridi, em princípio, parece estabelecer que a BCI, diferentemente de outras ciências, não produz conhecimento, ou que a área não possui embasamento filosófico suficiente para lidar com questões tão complexas como essas. Floridi (2010) rebate as críticas feitas às suas propostas à BCI com a FI, justificando alguns pontos e ambiguidades que por ventura acabaram sendo geradas dentro da área.

O autor justifica sua teoria utilizando como exemplo as diferenças entre “o Bibliotecário tradicional “envolvido ativamente na gestão e na prestação de serviços públicos” e o cientista ou especialista em informação “que se dedica às respectivas especulações teóricas”, distinguindo três níveis principais. Existe o primeiro nível, onde bibliotecas lidam com “conteúdos e serviços”. Um segundo nível onde “está o papel da BCI” sendo aquilo que “se aprende durante o currículo acadêmico na formação do Bibliotecário ou do cientista da informação”. Um terceiro nível, no qual existe pouco interesse, que seria o nível fundacional”, o autor utiliza a matemática como comparativo: que seria a filosofia da matemática, então, sua sugestão da FI para a BCI. Seu argumento é de que se respeite a diferença entre os níveis, pois uma teoria que busca explicar uma área, não deve ser criticada por não abranger outra (FLORIDI, 2010, p. 38-39).

De forma que, uma teoria que não abranja todos os aspectos a torna menos importante, pois, delimitar sua abrangência não significa diminuir sua importância, no caso da FI, por exemplo, que acaba por debater filosoficamente aspectos importantes para a BCI em detrimento aos fenômenos práticos que a grande maioria dos profissionais enfrenta no seu dia a dia e já são amplamente discutidos. Esses fenômenos são trazidos já pela Ética e seus objetos, assim como pelos elementos da Ética da Informação.

A história da EI na BCI, segundo Froehlich (2004, Online, tradução nossa), surgiu quando uma das primeiras universidades a ofertarem uma disciplina em seu curso regular sobre questões baseadas em éticas de profissionais da informação foi a Universidade de Pittsburgh, na “*School of Information Sciences*” dos Estados Unidos. Por volta de 1990, o professor Stephen Alamagno e o então decano da faculdade e Toni Carbo, ofertaram um curso de mestrado estritamente voltado para o contexto da EI denominado “*Ethical concerns for library and information professionals*”. No Brasil as discussões em torno da matéria, iniciaram ainda em torno da década de 1950 gerando, “interesse pelo tema no discurso Bibliotecário nacional” (SOUZA; STUMPF, 2007, p. 1814) o que levou, na década de 60, ao primeiro Código de Ética Bibliotecário, vigente (com alterações) até os dias de hoje. Com isso alguns elementos que eram tratados como Ética Profissional desde os

anos de 1950 foram incorporados também como elementos da EI e são inúmeros os elementos que podem ser tratados na EI, como já visto.

Primordialmente eles são trazidos pela informação e pela ética e também pelos objetos que vieram após o surgimento das TIC. Da busca pela equidade, principalmente no que diz respeito à tênue linha entre direitos individuais de privacidade e o direito público de informação, manifestam-se implicações Éticas, que levaram as discussões de cunho ético-filosófico a aplicabilidade direta para soluções de problemas reais. Para isso Capurro (2014, ONLINE) complementa sua denominação de EI, trazida anteriormente, acrescentando como elementos:

Tanto a definição do referido ao bem comum ou a propriedade privada no que se refere à livre expressão das pessoas e respeito por aquilo que eles não querem que seja comunicado além de um núcleo de pessoas, incluindo a possibilidade de intimidade pessoal, ou seja, todo campo do que diz respeito à diferença entre o público e o privado dele ser objeto de uma reflexão crítica em que você joga, nem mais, nem menos, do que a concepção de liberdade individual e coletiva [...] fundamentando ou questionando o sentido e os limites do bem comum ou da propriedade privada. (CAPURRO, 2014, ONLINE).

Desse modo, serão trazidos os aspectos profissionais relativos à BCI como: Gestão de Informação (Representação, Classificação e Indexação, Controle e Censura de Informações, Código de ética do Bibliotecário, confidencialidades e proteção a dados pessoais. Os aspectos Jurídicos são apontados com: o direito à informação, direito público e individual (direito de ser esquecido e o direito público à informação), o Marco Civil da Internet, a Lei dos Crimes Cibernéticos e Direito Autoral.

A história do direito à informação é uma consequência da normalização dos Direitos Humanos iniciada sob efeito da Revolução Francesa. A partir deste momento histórico, considerado um marco, onde pensadores iluministas, como Jean-Jacques Rousseau, influenciaram a criação de uma doutrina que versava sobre os direitos e garantias fundamentais do homem. Este foi um processo lento que estes direitos tomaram proporções em âmbito mundial. Somente, pós-Segunda Guerra Mundial, foi promulgada a “Declaração Universal dos Direitos Humanos” em uma Assembléia Geral das Nações Unidas. Fundamentada na Carta da ONU de

1944, (ONU, 1948, ONLINE) utilizava as prerrogativas de liberdade, justiça e paz para o homem e o mundo, modificando alguns sistemas de valores que até então vigentes.

Este documento foi assinado por 48 diferentes Estados, inclusive pelo Brasil, aos quais se comprometeram a levar consigo como ideal comum a ser atingido. Nesta declaração, além de constar inúmeros outros direitos considerados básicos, o Direito à informação foi incluído, também, como elemento indispensável ao exercício da liberdade e da cidadania. Este artigo trouxe então subsídios para que o acesso à informação fosse considerado tão importante, quanto qualquer outro direito indispensável. O Artigo 19 desta declaração considera que “Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão, este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras” (ONU, 1948, ONLINE).

Além deste artigo, Capurro (2001, ONLINE, tradução nossa) frisa importantes elementos extraídos da declaração que estão relacionados com informação:

- a) o respeito à dignidade dos seres humanos (Art. 1);
- b) a confidencialidade (art. 1, 2, 3, 6);
- c) a igualdade de oportunidades (art. 2, 7);
- d) **a privacidade** (art. 3, 12);
- e) o direito à liberdade de opinião e expressão (art. 19);
- f) o direito de participar da vida cultural da comunidade (art. 27);
- g) direito autoral e a proteção dos interesses morais e materiais de produções científicas, literárias ou artísticas (art. 27).

No Brasil, o pressuposto maior que dispõem sobre o acesso a informação é a Constituição Federal Brasileira (CFB) de 1988. Nela consta o que tange o direito ao acesso de informações, sendo considerado como um direito fundamental. Sendo um direito fundamental é tido como indispensável ao exercício da cidadania. O Artigo 5º, Inciso XIV, da CFB, Brasil (1988), é assegurado: “[...] a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.”. Não menos importante, também constante no Artigo 5º:

XXXIII¹³ - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão

¹³O inciso XXXIII é regulado pela Lei de Acesso à Informação.

prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado; (BRASIL, 1988).

Estas são as principais disposições sobre acesso à informação na CBF. O inciso II (incluído pela Emenda Constitucional em 1998), também do artigo 5º, dispõe sobre o acesso de usuários a registros administrativos e atos do governo e ambos são regulados pela Lei de Acesso à Informação (LAI) de 2011. Fundamental na garantia aos direitos e deveres de informação devido aos cidadãos, a LAI também dispõe sobre as garantias no tratamento de informações tidas como de cunho pessoal. Estes elementos aliados a LAI são importantes argumentos e fundamentais na luta pela desvinculação de informações de cunho público, anteriormente de difícil acesso, para a autonomia do cidadão. O acesso às informações, sobretudo as públicas o habilita para que possa exercer seus direitos, além de cobranças, fiscalização de forma embasada também acerca das atividades dos governantes.

Porém a lei regula especificamente as informações de cunho público, deixando em aberto no parágrafo 5º, sobre uma regulamentação que se refere especificamente ao tratamento de informações pessoais, em outros ambientes que só veio a ser regulamentada em 2014, mais conhecida como Marco Civil da Internet (BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011). Esta lei estabelece “os princípios, garantias, direitos e deveres” para a utilização da Internet, assim como “as diretrizes para a atuação da União, Estados, Distrito Federal e os Municípios em relação à matéria”. A lei tem como fundamento principal em seu Art. 2º, “o respeito à liberdade de expressão”, assim como “o reconhecimento da escala mundial” da abrangência da rede, “os direitos humanos” assim como “o desenvolvimento da personalidade e exercício da cidadania” através de meios digitais. Seus fundamentos também discorrem sobre a “pluralidade e a diversidade”, a “colaboração”, a “livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor” e sobre a “finalidade social da rede”.

Entre seus princípios o Art. 3º demanda em seus incisos, entre outros, sobre a “garantia da liberdade de expressão, comunicação e manifestação do pensamento”, respeitando a CF, a “proteção da privacidade” de “dados pessoais,

na forma da lei”, “preservação e garantia da neutralidade”, “a responsabilização dos agentes de acordo com suas atividades, nos termos da lei”.

Como Objetivo o Art. 4º promove o “direito de acesso à internet a todos” considerando o acesso a internet como essencial assim como o “acesso a informação, ao conhecimento e à participação na vida cultural e na condução dos assuntos públicos”, a “inovação e fomento à ampla difusão de novas tecnologias e modelos de uso de acesso” e por fim, “da adesão a padrões tecnológicos abertos que permitam a comunicação, a acessibilidade e a interoperabilidade entre aplicações e bases de dados”.

Por fim delibera no Art. 27 sobre as “iniciativas públicas de fomento à cultura digital e de promoção da internet como ferramenta social” que devem por seus meios “promover a inclusão digital” buscando assim “reduzir as desigualdades”, entre as regiões do país “no acesso às tecnologias da informação e comunicação e no seu uso, fomentando a “produção circulação de conteúdo nacional”.

Esta lei é outro importante marco social, pois, a regulamentação e disposição legal sobre o conteúdo da internet, que significa uma importante fatia da disponibilização da informação de modo globalizado reconhece que, a caracterização da informação em modo digital e a tecnologia influencia nas ações, deveres e implicações que vão além de simples atos digitais, influenciando diretamente a esfera real. Deste modo, assumir que, a omissão do Estado, com o não estabelecimento de regras legais vindas de um governo democrático pode ter importantes implicações sociais de abrangência nacional, ou até mundial, levando em consideração o alcance quem tem a rede.

A Lei que dispõe sobre a tipificação criminal dos delitos informáticos (BRASIL. Lei nº 12.737 de novembro de 2012), objetiva adequar o direito às mudanças tecnológicas, esta lei “dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos o que visou proteger o sigilo de informações, dados pessoais ou de cunho públicos, tratando com mesmo rigor a aplicação de sanções aos crimes cibernéticos que resultarem ou tentarem resultar em prejuízo os crimes de forma digital.

Ainda tratando de elementos digitais, na EI outro elemento bastante discutido é a busca pela equidade, principalmente no que diz respeito à tênue linha entre direitos individuais de privacidade e o direito público de informação, assim como as

demais implicações Éticas, principalmente as que giram em torno das TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação). Para isso, Capurro (2004, ONLINE) complementa sua denominação de EI trazendo como elementos:

Tanto a definição do referido ao bem comum ou a propriedade privada no que se refere à livre expressão das pessoas e respeito por aquilo que eles não querem que seja comunicado além de um núcleo de pessoas, incluindo a possibilidade de intimidade pessoal, ou seja, todo campo do que diz respeito à diferença entre o público e o privado dele ser objeto de uma reflexão crítica em que você joga, nem mais, nem menos, do que a concepção de liberdade individual e coletiva [...] fundamentando ou questionando o sentido e os limites do bem comum ou da propriedade privada. (CAPURRO, 2004, ONLINE)

Na Europa, há mais de 15 anos se discutem as implicações das TIC na sociedade. No Grupo Europeu de Ética para as Ciências e as Novas Tecnologias (EGE), criado em 1991, existe uma comissão (neutra, pluralista e multidisciplinar) que versa principalmente sobre biotecnologia. Há muito tempo as questões éticas na medicina são discutidas e regulamentadas, porém, há menos tempo entorno da biotecnologia. Este comitê dedicou um parecer específico acerca das questões e implicações éticas das TIC:

O parecer recorda os princípios éticos fundamentais como a dignidade humana, a não instrumentalização, a privacidade, a não discriminação, o consentimento informado, a equidade, bem como o princípio de precaução que poderiam estar em conflito com a visão do corpo humano como dados digitais, bem como as mudanças trazidas pelas novas tecnologias na auto-consciência humana. (CAPURRO, 2006, ONLINE, tradução nossa)

Esse parecer, em princípio, não está atrelado a fundamentos especificamente legais, mas sim diretamente ligado na definição e análise de questões e recomendações que traz a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (Decisão (UE) 2016/835 da Comissão, de 25 de Maio). O comitê lida com questões controversas como os bancos de tecido humanos, embriões e células estaminais e a utilização da tecnologia para resguardo de dados sobre saúde genética. Esta questão Bioética é bastante presente e possui um forte aparato ético nos mais diversos pontos em que estas questões aparecem vigentes. A carta denomina como fundamental que haja respeito no domínio da medicina e da biologia e cita questões

como o consentimento livre informado, proibições relativas a algumas práticas genéticas, principalmente as que têm por finalidade a seleção de pessoas, a transformação do corpo humano e suas partes como fonte de lucro e clonagem reprodutiva humana (MACHADO; SILVA, 2016, ONLINE).

Ainda sobre direitos individuais e coletivos, há pouco tempo foi criado pela Google um Conselho Consultivo para tratar sobre “o direito de ser esquecido”. Em 2014, um acórdão do Tribunal de Justiça da União Européia declarou que os cidadãos têm direito de remover resultados dos motores de busca, no qual estejam vinculados seu nome, imagem ou qualquer outro dado que, a critério do cidadão, lhe fira a privacidade, individualidade ou dignidade. Este conselho é composto por especialistas multidisciplinares (um desses especialistas é o filósofo Luciano Floridi) que foram convidados pela Google para aconselhar sobre os princípios que deveriam ser utilizados pela Companhia para amparar na aplicação e tomada de decisões sobre os casos específicos que viriam a surgir. As solicitações, caso a caso, são analisadas e nela são ponderadas entre o direito individual de privacidade e o direito público de ser informado.

Desde seu início foram recebidos inúmeros pedidos de remoção, são “registros criminais graves, fotografias embaraçosas, casos de *bullying* e insultos online, alegações que datam de décadas, artigos de imprensa negativos e muito mais” (ADVISORY COUNCIL, 2015, ONLINE). A empresa procurou encontrar uma forma de proceder, ou não, aos pedidos de remoção. Pelo fato de ser uma obrigação nova e um difícil desafio acaba sendo complexo estabelecer um equilíbrio generalizado entre os pedidos, motivo pelo qual o conselho foi criado.

Ainda tratando de Direito, o surgimento do Direito autoral está largamente relacionado com a invenção da imprensa, anteriormente, não havia reconhecimento dos direitos autorais e a proteção jurídica contra reprodução e execução de obras intelectuais. De modo que as obras poderiam ser herdadas como um bem comum, assim consideradas como próprias (PARANAGUÁ; BRANCO, 2009). Com a massificação da informação acabou por conceder privilégios aos livreiros e editores denominadas de *copyright* ou direito de reprodução, protegendo os direitos econômicos editoriais. Com o passar do tempo foram exigidos direitos autorais e com isso criadas concessões de direito de exploração econômica por parte das editoras.

No Brasil a estrutura de Direito de propriedade intelectual abrange, a propriedade industrial, (BRASIL. Lei N° 9.279, de 14 de maio de 1996), a propriedade intelectual de Softwares, (BRASIL. Lei N° 9.609, de 19 de fevereiro de 1998) a de Direito Autoral, de mesma data.

Esses direitos e deveres de uso de obras impressas são também estendidos aos meios digitais, ou seja, a lei do direito autoral (BRASIL. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998) funciona em ambas esferas. Obviamente sua fiscalização é diferente, possuindo muitas maneiras digitais de se burlar suas medidas, o que acaba também se tornando objeto de discussão ética sob a ótica da EI. Neste caso, tem-se outro aspecto onde a tecnologia influenciou na *parrhesia* contemporânea o que conhecíamos sobre a liberdade de expressão e a liberdade de obras impressas (liberdade de imprensa), (CAPURRO, 2014, ONLINE), gerando um outro elemento designado de Acesso Aberto ou direito de comunicar-se dentro de um ambiente digital.

Esse movimento é ligado à comunicação e acesso às informações científicas, pois em países em desenvolvimento o valor da informação é um fator decisivo para o desenvolvimento ou a estagnação científica de um país. A utilização da informação no ambiente digital trouxe como forma democrática de permissão, o Open Access ou Acesso aberto (Acesso Livre), para isso existem diversas “licenças de uso” das quais o autor pode se certificar que sua obra está sendo utilizada mantendo e resguardando seus direitos, quanto à propriedade intelectual da obra, entre outros, pois cada licença garante e resguardam direitos de disponibilização diferentes inerentes ao autor e à obra.

Entre os direitos autorais existem outros aspectos éticos profissionais ligados à BCI dizem respeito às condicionantes ambientais, gestão de documentos, controle e censura da informação e o acesso à informação e ao código de Ética Bibliotecário, incluindo a privacidade e confidencialidade de dados pessoais. Essas questões de bibliotecas e centros de informação de virão a seguir e são amplamente abordadas por Froehlich (2007) ponto a ponto e discutidas em seu trabalho de maneira aprofundada. Essas questões são definições e distinções dos aspectos morais, éticos e jurídicos dentro do trabalho com a informação apontando características

fundamentais para a profissão e ressaltando a necessidade de haver o equilíbrio entre justaposição de normas, obrigações e princípios.

As condicionantes ambientais dizem respeito a questões organizacionais, onde há confronto dos ideais profissionais ou pessoais frente à realidade apresentada, às políticas internas da instituição ou às necessidades dos usuários. Sobretudo, no que diz respeito a orientação e suporte recebidos pelo Bibliotecário, que são objetos onde suas ações necessitam de validação hierárquica, este aspecto influenciará diretamente em outros como a gestão de documentos, controle e censura e serviços oferecidos pela instituição.

Na gestão de documentos há preocupação ética na produção, coleta e disseminação da informação, tratado também pelo autor com o direito autoral, as diferentes tradições entre outras formas de propriedade e direitos autorais, o controle e censura, onde as fontes internas e externas atuam diretamente nas práticas da biblioteca, (indexação, classificação e representação da informação) em questões e problemas de referência, trazidos pelo crescimento do acesso eletrônico e o auto-atendimento surgem demandas específicas que necessitam ser ponderadas e pré-estabelecidas por uma política, para que não haja prejuízo ao usuário.

Sobre controle e censura de informação, Molina (2009, p. 68-69, tradução nossa) aponta um aspecto, enfatizando como de grande importância: a seleção da informação e desenvolvimento de coleções, pois determinam a natureza da coleção. O autor vê como “de nível básico a obrigação ética de usar os critérios de seleção apropriados”, visto que a missão da biblioteca é a necessidade dos usuários e as decisões devem sempre obedecer a este objetivo. Para isso o autor esclarece que embora haja uma diferença clara entre a “supressão ativa de materiais considerados religiosos, morais, políticos e de outro tipo”, e a seleção vista como a “atividade que os profissionais escolhem de maneira criteriosa e sensata se baseando nos critérios de Ihe são coerentes com os objetivos de sua biblioteca e do centro de informações”, na prática não é tão simples de estabelecer esta diferença. O autor ressalta que, sobretudo, há influências culturais da comunidade em que a biblioteca está inserida, o que pode dificultar essa distinção.

Outro ponto importante levantado por Molina (2009) é o do acesso à informação, visto que também existem problemas éticos com respeito ao acesso público e gratuito da informação. Por um lado, há autores como Sally (2001) que tratam o acesso público à informação como o princípio da responsabilidade social, que asseguram o acesso a informação deve ser pública e gratuita, pois, atende aos direitos legítimos do cidadão. Por outro lado, autores como Anderson, (1999), defendem que a informação deve ser cobrada, baseando-se no argumento de que para manter uma organização é necessário dinheiro, fato que proporcionaria adicionais à instituição. Para isso Molina (2009) afirma que, evidentemente, o preço da informação e seu uso é que são os fatores que influenciam em sua acessibilidade.

Sobre o Código de Ética Bibliotecário, este deveria operar como fomentador de discussões éticas acerca das condutas profissionais, ademais acaba funcionando como uma deontologia, já que através de seu texto almeja orientar e controlar condutas, que em princípio sugere a uniformidade delas entre os profissionais da área, porém na prática pouco colabora às intempéries profissionais. Segundo as diretrizes do Código de Ética da IFLA para Bibliotecários e outros Profissionais da Informação (2012, ONLINE) os Códigos de Ética serviriam como : “estímulo para reflexão sobre os princípios nos quais os bibliotecários e outros profissionais da informação podem formular políticas e lidar com dilemas; melhoria da autoconsciência profissional e oferecimento de transparência para os usuários e sociedade em geral.”.

Dentro do código (IFLA, 2012, ONLINE) há o fomento e a importância pelo profissional na promoção ao acesso à informação, através da coleção e serviços gratuitos de cunho social ao “encontrar soluções práticas para que as pessoas de classes sociais menos favorecidas não sejam excluídas”. Também há disposto sobre a responsabilidade do profissional para com os indivíduos e para com a sociedade através de ações para aumentar as habilidades de leitura assim promover “a alfabetização informacional, incluindo a habilidade de identificar, localizar, avaliar, organizar, criar, usar e comunicar informação.”. Cita também a promoção no “uso ético da informação” ajudando a “eliminar plágio e outras formas de mau uso da informação”. Finaliza com a confidencialidade em relação ao usuário através da

Privacidade, Sigilo e Transparência respeitando a privacidade pessoal e a proteção de dados pessoais, sendo que vê como dever que os profissionais apoiar e atuar para “assegurar a transparência para que as atividades do governo [...]. Eles também reconhecem que é de interesse público que a corrupção, má conduta e crime sejam expostos no que constitui quebra de confidencialidade pelos chamados 'informantes'”.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se dizer que a EI tenha nascido possivelmente da necessidade da adequação das normas e conceitos éticos até então vigentes na sociedade aplicadas às novas tendências geradas principalmente pela tecnologia, já que a Ética tradicional e a profissional subsidiam o alcance necessário aos objetos de discussão pré-tecnológicos. Estamos tratando, em outras palavras, de uma reconstrução e readequação social, onde a tecnologia tornou-se meio para a socialização de espaços digitais de todo o tipo e de meios de propagação e obtenção de informações, onde demandas de todas as esferas se fundem.

Para a EI, as pontes existentes entre micro (campo da Ética da Informação) e macrocosmo (sociedade), acabam sendo benéficas, por gerarem especulações frente às infinitas possibilidades trazidas pela tecnologia, mas, por hora, sua autonomia acaba por confundir-se e fundir-se. Parte-se do pressuposto de que a conquista de total autonomia pelo microcosmo seria impossível diante das imposições externas (leis e políticas econômicas reais). De forma que, quando as imposições são recíprocas (e não existem apenas imposições políticas, neste caso) ambas esferas interferem uma na outra, e não somente o macrocosmo no microcosmo, gerando ganhos mútuos.

Dentro da EI são tratadas duas formas de expressão social, a de forma tradicional e a digital. Neste caso, a tradicional seria a forma que vivemos de corpo presente, interferindo na realidade e utilizando a ética clássica como parâmetro. Já a forma digital distingue-se por, na maioria das vezes, possuir seres reais intervindo de maneira digital (através de programação, de exposição ou interação) na vida de outros seres, em suas atividades e redes sociais digitais. Esses seres levam estas experiências vividas do campo digital também para um campo real.

É, de certo modo, bem tênue a linha entre o tradicional e o digital, partindo do pressuposto de que não se sabe até que ponto a esfera digital reflete e interfere na vida cotidiana. É neste momento que a Ética da Informação toma forma como campo, fomentando discussões sobre a necessidade de reajustar e readequar a ética, sobre os limites em que o bom senso pode ser utilizado ou apenas leis e regras específicas, em um plano tradicional, poderão surtir efeito. Em um mundo globalizado, não se pode impor regras tradicionais de uma ética ocidental, por

exemplo, no oriente. Essa percepção do outro em ambiente digital é muito mais delicada e de difícil mensuração, inclusive sobre o impacto que essas ações possuem diante das medidas propostas ou impostas como ideais. Esse espaço deve ser reconstruído à medida que se tem uma necessidade gerada pelo fato, atividade ou acontecimento, através de um “paciente diálogo intercultural” como afirma Capurro (2006, Online).

Ao mesmo tempo em que a informação, quando utilizada para o desenvolvimento científico ou em solução de problemas pontuais pessoais, tem valor social comum, pode ser utilizada como ferramenta de troca, de valor e poder político privados, afastando-se do seu ideal, por isso a ética possui relação estreita com a informação, por manter ativas as discussões e através da construção coletiva da inteligência, como sinônimo de bem-estar social.

Por esse viés, a Ética tradicional, a Ética da Informação, assim como Filosofia da Informação são importantes aliadas quando tratam do que pode ser considerado verdadeiro ou falso. Em uma sociedade em que a confiança infelizmente não está tão presente como deveria, este tema merece relevância em estudos direcionados, principalmente a essas questões de informação. Em um período em que a informação se modifica, se complementa, se reconstrói e se distorce de maneira tão fácil e rápida, é difícil estabelecer parâmetros sem um aprofundamento de estudo.

Parece ser consenso entre os autores que nem regras tradicionais e conceitos trazidos pela ética tradicional tampouco regras digitais de “boa convivência” darão conta de todos os dilemas que o uso da tecnologia trouxe. Para a integração dos dois mundos necessitam-se, além de leis locais voltadas à utilização e direitos na rede manter ativa a preocupação e o respeito com as mais diversas culturas que dividem este espaço, para que não haja prejuízo real aos nutrízes e nativos usuários deste espaço.

Com isso se torna peça chave a atuação do profissional que lida com a informação e seus estoques, dentro dos inúmeros campos onde são convergentes as matérias que versam sobre informação, ética e tecnologia. Uma das soluções seria a adoção de uma disciplina voltada à EI, ajudando na formação profissional deste agente assim tornando a profissão cada vez mais necessária. A atuação deste

profissional poderá influenciar de maneira positiva dentro da sociedade, para isso deve haver um grande exame de consciência dentro da academia, para que se respeitem as preferências pessoais do aluno e ao mesmo tempo se possa fazer diferença profissionalmente em sua atuação.

Para isso levar em consideração os aspectos sociais, econômicos e regionais dos diversos níveis, nunca deixando de lado a universalidade e importância para o desenvolvimento e a criticidade em que os elementos formadores da disciplina de Ética da Informação trazem ao profissional. Quando voltada à prática, a disciplina contribui substancialmente para que esse profissional, futuramente, utilize-se deste aprendizado de forma embasada e não apenas empírica como de costume utiliza-se. A necessidade trazida pelas novas tecnologias digitais e a utilização dessas novas ferramentas de procura e disseminação de informação aliado a ambientes sem fronteiras e sem regras físicas estabelecidas exigem deste profissional tal conhecimento específico.

Ademais, reconstruirmos a nós mesmos é essencial, significando a oportunidade de nos aperfeiçoarmos, respeitando acima de tudo as diferenças entre todos, sabendo utilizar a tecnologia como auxílio às grandes questões, e, sobretudo fundamentar nossas escolhas em amparo e bem-estar social, como os preceitos da ética sempre trouxeram. Esse parece ser o dever de todos, independente da profissão e das leis: buscar diálogo para um mundo mais justo para todos.

REFERÊNCIAS

ADVISORY COUNCIL. **Conselho Consultivo da Google para o direito de ser esquecido**. Disponível em: <<https://www.google.com/intl/pt-PT/advisorycouncil/>> Acesso em: 07 nov. 2016.

BUCKINGHAM, W; et., al. **O livro da Filosofia**. São Paulo: Editora Globo, 2011.

BOTTENTUIT, A. M; GOMES, H. F; OLIVEIRA, M. O. E. (Org.). **A ética na sociedade, na área da informação e da atuação profissional**: o olhar da Filosofia, da Sociologia, da Ciência da Informação e da formação e do exercício profissional do Bibliotecário no Brasil. – Brasília, DF: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2009. 192 p.

BUCKLAND, M. K. **Information as thing**. Journal of the American Society for Information Science (JASIS), v.45, n.5, p.351-360, 1991.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 28 mai. 2016.

_____. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 dez. 2011c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm> Acesso em: 20 set. 2016.

_____. Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012. Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em :< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12737.htm> Acesso em: 21 de nov. 2016.

_____. DECRETO Nº 7.724, DE 16 DE MAIO DE 2012: Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7724.htm>. Acesso em: 20 set. 2016.

_____. Parecer CNE/CES nº 1.363, de 12 de dezembro de 2001 retifica o parecer CNE/CES nº 492, de 3 de abril de 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 dez. 2001b. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2001/pces1363_01.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2016.

CAPURRO, R. **A dor e a delícia da Era digital**. Filosofia, Ciência & Vida, edição 93, 2014. Disponível em: <<http://portalcienciaevida.uol.com.br/esfi/Edicoes/93/Artigo310903-1.asp>>. Acesso em: 02 jun. 2016.

_____. **Ethics and information in the digital age**. LIDA 2001 Annual Course and Conference Libraries in the Digital Age, 2001, Dubrovnik, Croatia. Disponível em <<http://www.capurro.de/lida.htm>> Acesso em: 28 out. 2016.

_____. **Impactos de las tecnologías digitales de la información y comunicación em la filosofía, las artes y las ciencias**. Perspectivas Unicamp 50 anos. Mesa: Impactos das tecnologias da Informação na Filosofia, nas artes e na Ciência. Unicamp: São Paulo. 2016. Online. Disponível em: <<http://www.capurro.de/campinas.html>> Acesso em: 16 set. 2016.

_____. **Towards an ontological foundation of information ethics**. Ethics and Information Technology, v. 8, n. 4, 2006, p. 175–186. Disponível em: <<http://www.capurro.de/oxford.html>> Acesso em: 13 de nov. 2016.

CERVO, A. L; Bervian, P. A. **Metodologia Científica**: para uso dos estudantes universitários. 3. ed. São Paulo: Mcgraw-Hill do Brasil, 1983.

CNJ. **Juizados Especiais**: 2016. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/poder-judiciario/juizados-especiais>> Acesso em: 08 de nov. 2016.

DAY, R. E. Information ethics: normative and critical perspectives. **Logeion: filosofia da informação**, v. 2, n. 1, 2016. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/17768>>. Acesso em: 28 Ago. 2016.

DUPAS, Gilberto. **Ética e poder na sociedade da informação**: de como a autonomia das novas tecnologias obriga a rever o mito do progresso. 2 ed. São Paulo: UNESP, 2001. 134p.

FERNANDES- MOLINA, J. C. La información en entorno digital: principales áreas com implicaciones éticas. In: GOMES, Henriette F.; BOTTENTUIT, Aldinar M.; OLIVEIRA, Maria O. E. de (Org.). **A ética na sociedade, na área da informação e da atuação profissional**: o olhar da Filosofia, da Sociologia, da Ciência da Informação e da Formação e do Exercício Profissional do Bibliotecário no Brasil. Brasília, DF: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2009. p. 65-93.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FLORIDI, L. On defining library and information science as applied philosophy of information. **Social epistemology**, 2002, p. 37–49.

_____. Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI) como filosofia da informação aplicada: uma reavaliação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, p. 37-47, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42318/45989>> Acesso em: 03 nov. 2016.

FROEHLICH, T. **A brief history of information ethics**. BID: Textos Universitaris de Biblioteconomia i Documentación, Universidade de Barcelona, n. 13, 2004. Disponível em: <<http://bid.ub.edu/13froel2.htm>>. Acesso em: 04 nov. 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. <Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>> Acesso em: 25 ago. 2016.

GONZALEZ DE GOMEZ, M. N. **Luciano Floridi e os problemas filosóficos da informação**: da representação à modelização. InCID: Revista Ciência da Informação e Documentação. São Paulo: 2013, v. 4, n. 1, p. 03-25.

GUIMARÃES, J. A. C. Aspectos éticos da organização da informação: abordagens teóricas acerca da questão dos valores. . In: GOMES, Henriette F.; BOTTENTUIT, Aldinar M.; OLIVEIRA, Maria O. E. de (Org.). **A ética na sociedade, na área da informação e da atuação profissional**. Brasília: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2009, p. 94–113.

IFLA – **Código de Ética para Bibliotecários e outros profissionais da Informação**, 2012. Disponível em:<<http://www.ifla.org/files/assets/faife/codesofethics/portugueseofethicsfull.pdf>> Acesso em, 22 de nov. 2016.

JONAS, Hans. **O princípio responsabilidade**: Ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Tradução de Marijane Lisboa e Luiz Barros Montez. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2006.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos da metodologia científica**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991.

_____. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da Informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996. Disponível em: <<http://www.restaurabr.org/siterestaurabr/CICRAD2011/M1%20Aulas/M1A3%20Aula/20619171-le-coadic-francois-a-ciencia-da-informacao.pdf>> Acesso em: 20 nov. 2016.

MACHADO, A; SILVA, J. M. **EUROOGLE**. Comitê Europeu da Ética nas Ciências e da Tecnologia. Disponível em: <<http://euroogle.com/dicionario.asp?definicion=1127>> Acesso em: 07 nov. 2016.

MILLER, G. The psychology of communication. Harmondsworth: Penguin Books, 1996.

MINAYO, M. C. S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, M. **Origens e Evolução da Ciência da Informação**. Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaço de atuação. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos do Homem**. 1948. 2016. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Declara%C3%A7%C3%A3o-Universal-dos-Direitos-Humanos/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.html>> Acesso em: 20 set 2016.

OTLET, P. **DOCUMENTOS E DOCUMENTAÇÃO**. Congresso Mundial da Documentação Universal. PARIS: 1937. Disponível em: < <http://www.conexaorio.com/bit/otlet/>> Acesso em: 21. set. 2016.

BRANCO, S; PARANAGUÁ, P. **Direitos autorais**. 2009. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/2756>> Acesso em: 22 nov. 2016.

SÁNCHEZ-VÁZQUEZ, A. **Ética**. BARCELONA: Editorial Crítica, p. 249-282. 1984.

SOUZA, Francisco das Chagas de. **Ética e Deontologia**: textos para profissionais atuantes em bibliotecas. Santa Catarina: UFSC, 2002.

_____. Ética bibliotecária no contexto atual. **Perspectiva em Ciência da Informação**, v.12, n. 1, p. 146-147, 2007.

STUMPF, K. Abordagens recentes sobre ética no campo da ciência da informação no Brasil. **DataGramZero**, v. 11, n. 6, p. 1-11, 2010. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/9508>>. Acesso em: 28 Ago. 2016.

ANEXO A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Título:			
Autor:		Nome do arquivo:	
Publicação:		Referência:	
Ideias-chave¹⁴			Obs.:
Hierarquização			
Conceitos			
Termos			

Fonte: Gil (1991), quadro elaborado e adaptado pelo autor.

¹⁴ Todas as ideias, palavras termos e conceitos serão acompanhados ao lado do número da Página que foi extraída do texto.

ANEXO B- TABELA DE SELEÇÃO DE LEITURA EXPLORATÓRIA

TÍTULO	AUTORIA	IMPRENTA
Ética na ciência da informação e biblioteconomia brasileiras: Sua discussão em periódicos e anais de eventos	Das Chagas De Souza;Katiusa Stumpf	ENANCIB IBICT
Beyond codes of ethics: how library and information professionals navigate ethical dilemmas in a complex and dynamic information environment	Stuart Ferguson; Clare Thornley; Forbes Gibb.	International Journal Of Information Management
The use of software tools and autonomous bots against vandalism: eroding Wikipedia's moral order?	Paul B. De Laat	Ethics And Information Technology
Information science is neither	Jonathan Furner	Library Trends
An informetrics view Of the relationship between internet ethics, computer ethics and cyberethics	Omwoyo Bosire Onyancha	Internet Ethics,Computer Ethics And Cyberethics
Ética, alfabetización económica e información como fundamentos de las "sociedades resilientes" del siglo XXI.	José Rodolfo Hernández-Carrión	Métodos De Información
Questões éticas das redes sociais online na África	Rafael Capurro	Perspectivas Em Gestão & Conhecimento
A ética no fotojornalismo da era digital	Cláudia Maria Teixeira De Almeida; Paulo César Boni	Discursos Fotográficos
A Competência Informacional fundamentada na dimensão ética	Priscila Lopes Menezes;Elizete Vieira Vitorino	Em Questão
Conceitos, práticas e desafios da responsabilidade social na produção científica	Aline Poggi Lins De Lima;Fellipe Sá Brasileiro; Ivandro Pinto De Menezes;Joana Coeli Ribeiro Garcia.	Perspectivas Em Gestão & Conhecimento
Plágio e publicação científica	André Luís Gema; Daniella Guimarães De	Visa Em Debate

	Araújo;Isabella Fernandes Delgado.	
Uma abordagem conceitual sobre garantias de representação no gerenciamento da organização de Estoques de informação como proposição ético-informacional	Jackson Da Silva Medeiros	Em Questão
Gestão do conhecimento cético	Rafael Capurro	Perspectivas Em Gestão & Conhecimento
Redes colaborativas, ética hacker e educação	Nelson Pretto	Educação Em Revista
A questão ética na atuação Do profissional bibliotecário	Michel Maya Aranalde	Em Questão
La ética del hacker y el espíritu de la era de la información.	Pekka Himanen	Editora Destino
A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação	Henriette Ferreira Gomes	Informação & Informação
Ética e autoria na produção textual científica	Geraldina Porto Witter	Informação & Informação
O Conceito de Informação	Rafael Capurro; Birger Hjørland.	Perspectivas Da Ciência Da Informação
Competência ética do bibliotecário: um fator de qualidade	Mariana Giuberti Guedes; Sofia Galvão Baptista; Maria Alice Guimarães Borges.	Revista Ibero-Americana De Ciência Da Informação
Metáforas de la individualidad moral Y fundamentos de infoética	Eduardo De Bustos	Isegoría
A tese da veracidade na teoria da informação fortemente semântica de floridi e o paradoxo de bar-hillel-carnap	Bernardo Gonçalves Alonso	Veritas
A Rubber Band Ethics Model for Computing and Information Technology Practices	Mahmoud Iskandarani; Ghaleb El-Refae;	American Journal Of Applied Sciences

	Shorouq F. El-Etter.	
Information technology and aesthetics: passive and active dimensions	John D. Haynes; David B. Paradise;	Australasian Journal Of Information Systems
Information warfare and ethics	M.J.Warren; W.Hutchinson	Australasian Journal Of Information Systems
Public relations ethics in information Management	Hrvoje Jakopović	Ethics
Using Aristotle's theory of friendship to classify online friendships: a critical counterinterview	Sofia Kaliarnta	Ethics And Information Technology
Luciano Floridi e os problemas filosóficos da informação: da representação à modelização	Maria Nelida Gonzalez De Gómez	Incid: Revista De Ciência Da Informação E Documentação
Toward a Political Philosophy of Information	Kay Mathiesen	Library Trends
Computer Ethics in the Semantic Web Age	Aziz Alotaibi	International Journal of Advanced Computer Science and Applications
E-Government Ethics : a Synergy of Computer Ethics, Information Ethics, and Cyber Ethics	Aziz Alotaibi	International Journal of Advanced Computer Science and Applications
Libertad intelectual e instituciones documentales	Alonso Estrada Cuzcano	Investigacion Bibliotecológica
	Gordana Dodig Crnkovic;	Informação

“Problemas Open in Filosofia da Informação” de Floridi, dez anos depois	Wolfgang Hofkirchner.	
Towards an ontological foundation of information ethics	Rafael Capurro	Ethics And Information Technology
Ethics and information in the digital age	Rafael Capurro	LIDA 2001 Annual Course And Conference Libraries In The Digital Age
Impactos de las tecnologías digitales de la información y comunicación em la filosofía, las artes y las ciencias.	Rafael Capurro	Perspectivas Unicamp 50 Anos. Mesa: Impactos Das Tecnologias Da Informação Na Filosofia, Nas Artes E Na Ciência
A dor e a delícia da era digital	Rafael Capurro	Filosofia, Ciência & Vida
Metáforas de la individualidad moral Y fundamentos de infoética	Eduardo De Bustos	Isegoría
Ética de la información: su naturaleza y alcance	Luciano Floridi	Isegoría
Information ethics and Internet research ethics: An interview with Rafael Capurro	Rahman Marefat;Mahmood Sangari.	Webology
Information ethics: normative and critical perspectives	Ronald E. Day	LOGEION: Filosofia Da Informação
Ética e deontologia: textos para profissionais atuantes em bibliotecas	Francisco Das Chagas De SOUZA	Edufsc Ed. Univali
A brief history of information ethics	Thomas Froehlich	Biblioteconomia I Documentació
Intercultural information ethics	Rafael Capurro	International Icie Symposium

Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI) como Filosofia da Informação Aplicada: uma reavaliação	Luciano Floridi	Incid: Revista De Ciência Da Informação E Documentação
On defining library and information science as applied philosophy of information	Luciano Floridi	Social Epistemology
Abordagens recentes sobre ética no campo da ciência da informação no brasil.	Katiusa Stumpf	Datagramazero
Bibliografia sobre ética: fundamentos e ética profissional do bibliotecário	Comissão De Ética Profissional – 14. Gestão.	Conselho Federal De Biblioteconomia (CD-ROM)
Implicações Éticas Da “Virada Informacional Na Filosofia”	João Antonio De Moraes	Ppgf- Unesp (Dissertação)
Ética E Responsabilidade Moral No Uso Das Tecnologias De Informação E Comunicação	Fabiana Paula Hoffmann Da Silva	Ppcgti -Ufpr (Dissertação)
A Proteção Da Vida Privada E O Direito À Informação	Rosane Portella Wolff	Ppgd- Ufsc (Dissertação)
“Arcabouço Teórico Para Discussões Sobre O Panorama Multifacetado Da Privacidade Na Era Digital”	Sandra De Castro Friedman	Ppgcc-Ufpe (Dissertação)
Discrimination and privacy in the information society: data mining and profiling in large databases (Studies in applied philosophy, epistemology and rational ethics)	Bart Custers; Toon Calders; Bart Scherner; Tal Zarsky (Eds).	Ed. Sapere
Ética e poder na sociedade da informação; revendo o mito do progresso	Gilberto Dupas	Ed.Espaço Aberto

O princípio responsabilidade: Ensaio de uma ética para a civilização tecnológica.	Hans Jonas	Ed. Contraponto
Ética na Sociedade, na área da Informação e da atuação profissional O olhar da Filosofia, da Sociologia, da Ciência da Informação e do Exercício Profissional do Bibliotecário no Brasil	De Ferreira Gomes, H.; Martins Bottentuit, A.; Espinheiro De Oliveira Y M. O. (Organizadoras)	Conselho Federal De Biblioteconomia- Comissão De Ética Profissional
Acesso livre e direito de autor: A comunicação científica eletrônica na ciência da informação no Brasil e em Portugal	Jaury Nepomuceno De Oliveira	PPGCI – UFRJ